

**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90022/2025

SEI n.º 24.0.000000844-0

1. PREÂMBULO

1.1. A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR)**, inscrita no CNPJ sob n.º 13.950.733/0001-39, sediada à Rua Mateus Leme, n.º 1908, Centro Cívico, Curitiba-PR, representada por seu Defensor Público-Geral, que assina o presente edital, em observância às disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, da Resolução DPG n.º 375/2023 e da legislação correlata, torna pública a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MAIOR DESCONTO**, sob n.º 90022/2025, tendo por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DO TIPO VAN ADAPTADA EM ESCRITÓRIO MÓVEL QUE INTEGRAM A FROTA OFICIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**, de acordo com as condições constantes do presente edital e seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.

LOCAL DA SESSÃO	https://www.gov.br/compras/ UASG: 929443 – Pregão Eletrônico n.º 90022/2025
ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	Início: A partir da disponibilização do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP Fim: Horário de abertura da sessão
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	21/07/2025, às 14:00 horas (horário de Brasília – DF)

1.2. A Pregoeira deste certame é a servidora Larissa Alas Mayer, designada pela Portaria DPG n.º 90/2025.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente pregão é a contratação de empresa para a prestação de serviços contínuos de manutenção de veículos automotores do tipo VAN ADAPTADA em escritório móvel que integram a frota oficial da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR), de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

2.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, n.º 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90022/2025 – SEI n.º 24.0.000000844-0



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

3. DO VALOR MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor máximo global deste certame está fixado em R\$ 100.459,08 (Cem mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais com oito centavos), conforme tabela(s) contida(s) no Anexo I.

3.2. A despesa decorrente da presente contratação ficará à conta da seguinte dotação orçamentária: 0760.03.061.24.8009 / 50 / 3.3.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, até as 17:00 horas do terceiro dia útil anterior à data de abertura do certame.

4.2. As impugnações ou pedidos de esclarecimentos deverão ser formuladas por escrito e encaminhados ao endereço eletrônico licitacoes@defensoria.pr.def.br, com a indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa e seu telefone.

4.3. As impugnações e esclarecimentos serão respondidos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e as respostas integrarão o edital e estarão disponíveis nos sites <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Licitacoes> e <https://www.gov.br/compras/>.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que permite a participação das interessadas na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, em tempo hábil para participação neste certame.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

5.4. A licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90022/2025 – SEI n.º 24.0.000000844-0



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

5.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste certame as interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

6.1.1. Será permitida a participação de consórcios na presente licitação, conforme disciplinado no item 3.6 do Termo de Referência.

6.2. É vedada a participação, direta ou indiretamente, de interessadas:

- a) impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná;
- b) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, direta ou indireta, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- c) que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.2.1. O impedimento de que tratam as letras “a” e “b” do item acima será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

6.3. Para a participação no certame, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

6.4. Caso haja participação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

(EPP) serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 para as pessoas jurídicas ou pessoas físicas que assim se identificarem no campo apropriado do sistema, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante o seu correto enquadramento, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

6.4.1. A obtenção dos benefícios a que se refere o item acima, quando aplicáveis ao respectivo item/grupo, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7. DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS

7.1. A proposta de preço inicial deverá ser cadastrada no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto e de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital, não sendo permitido ofertar quantidades inferiores aos totais previstos para cada item.

7.1.1. A licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.1.2. A proposta registrada poderá ser alterada ou excluída até a data e hora definida no edital para abertura das propostas e, após este prazo, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da proposta.

7.2. Nos termos do Convênio ICMS nº 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

7.2.1. Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 7.2, devendo apresentar proposta de com a carga tributária completa.

7.3. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) percentual de desconto;

b) descrição detalhada do objeto ou remissão ao item do edital que contenha as suas especificações;

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante e a contratada.

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação, bem como todas as demais obrigações previstas no Termo de Referência (Anexo I).

7.6. Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação

7.8. As propostas das licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste edital, conforme artigo 27, XXI, da Constituição do Estado do Paraná.

7.9. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV, do art. 1º, e no inc. III, do art. 5º, da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.10. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11.1. No item ou grupo exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item ou grupo;

7.11.2. Nos itens ou grupos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

7.12. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.9 ou 7.11 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

7.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta, obedecendo às regras estabelecidas pelo próprio sistema.

7.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

8.2. Será desclassificada a proposta que identifique a licitante, com preço inexequível ou que não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.2. A classificação da proposta nesta fase não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

8.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.2. O lance deverá ser ofertado pelo maior percentual de desconto linear, aplicado sobre os preços unitários dos serviços de manutenção preventiva e dos itens constantes da lista de peças + serviços referenciais apresentada no Apêndice II do Termo de Referência.

9.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90022/2025 – SEI n.º 24.0.000000844-0



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

desconto superior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

9.5. O intervalo mínimo entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de 0,1 (zero vírgula um) ponto percentual, em relação ao percentual de desconto ofertado.

9.6. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.7. O modo de disputa adotado para a presente licitação será o ABERTO.

9.7.1. A fase de lances terá a duração de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente prorrogada pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração inicialmente previsto.

9.7.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários

9.7.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.7.4. Definido o maior percentual de desconto ofertado, se a diferença em relação à classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), poderá ser reiniciada a disputa aberta para a definição das demais colocações, sendo as licitantes convocadas para apresentarem lances intermediários de desconto.

9.8. Não serão aceitos dois ou mais lances com o mesmo percentual de desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado por primeiro.

9.9. Durante todo o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do maior percentual de desconto registrado, vedada a identificação da licitante.

9.10. Não poderá haver desistência dos lances de desconto ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste edital e da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.11. No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.11.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.12. Em relação a itens ou grupos não exclusivos para participação de



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial junto à Receita Federal. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.12.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.12.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, com percentual de desconto obrigatoriamente superior ao percentual de desconto da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.12.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem no intervalo de desconto estabelecido no subitem 9.12.1, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.12.4. No caso de equivalência dos percentuais de desconto apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.13.1. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate obedecerá a ordem prevista no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.13.2. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances e depois de resolvidas as situações de empate ficto quando aplicáveis ao respectivo item ou grupo, o Pregoeiro encaminhará contraproposta à arrematante para negociar condições mais vantajosas, observado o critério de julgamento e o valor máximo para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes

10.3. Havendo apenas uma proposta, esta poderá ser aceita desde que atenda a todas as condições do edital, devendo o Pregoeiro negociar visando obtenção de melhor condição.

10.4. A arrematante que apresentar proposta acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação deverá readequá-la, sob pena de desclassificação.

10.5. Após a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DO ENVIO DA PROPOSTA RECOMPOSTA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

11.1. A arrematante deverá enviar, por meio de campo próprio do sistema, até as 12h00 (doze horas) do dia útil seguinte ao da abertura da sessão, sua proposta de preço adequada ao último lance ofertado e à negociação realizada, devidamente assinada e contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do modelo do Anexo III.

11.1.1. Na hipótese de a proposta ser apresentada por procurador, deverá ser anexado o respectivo instrumento que demonstre os poderes para executar o ato.

11.1.2. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacoes@defensoria.pr.def.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no *chat* a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.1.3. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pela arrematante antes de findo o prazo originalmente concedido.

11.1.4. Na recomposição final, os percentuais de desconto ofertados não poderão ser reduzidos em relação à proposta inicial, devendo ser mantido, no mínimo, o maior percentual apresentado. O valor resultante da aplicação do desconto não poderá ultrapassar os valores máximos unitários, totais e globais fixados neste edital.

11.1.5. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

11.2. No mesmo prazo previsto acima, a arrematante deverá apresentar os seguintes documentos complementares:

a) Documentação de habilitação, prevista no Capítulo 13 do edital, que porventura não esteja disponível no SICAF, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR) ou encontre-se vencida;



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

b) Caso se trate de aquisição de bens, documentos (catálogos/fôlderes) que comprovem que a marca e o modelo do produto ofertado cumprem as especificações do Termo de Referência (Anexo I);

c) Demonstração do Resultado do Exercício - DRE atualizado, caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual não seja optante do regime de tributação Simples Nacional.

d) Caso o proponente opte por realizar a vistoria, deverá ser assinado o Termo de Visita Técnica (Apêndice IV do Termo de Referência), pelo representante da empresa e da DPE/PR.

11.3. O Pregoeiro verificará se a licitante preenche os requisitos de participação, mediante consulta nos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

d) Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>);

e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); e

f) Cadastros de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná (<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Irregularidades-no-Cumprimento-dos-Contratos>) e (<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Irregularidade-no-Cumprimento-das-Atas>).

11.3.1. Será consultada também a situação do sócio majoritário no cadastro de que trata o item 11.3, “e”.

11.4. Dentro do prazo fixado no item 11.1, poderá ocorrer o saneamento de falhas, complementação de insuficiências ou correções de caráter formal relativos à proposta recomposta e documentos de habilitação. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado a critério do Pregoeiro, mediante justificativa, em virtude da complexidade e/ou da quantidade de itens da licitação.

11.5. Em sede de diligência somente é possível a aceitação de novos documentos quando:

a) necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pela licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

b) destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

11.6. Documentos ausentes ou fora de seu prazo de validade, quando disponíveis em



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

sítios eletrônicos, poderão ser obtidos e anexados ao processo pela comissão de licitação.

12. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

12.1. O critério de julgamento da presente licitação é o MAIOR DESCONTO, observado o disposto no item 9.2.

12.1.1. Na hipótese de discrepância entre os montantes unitários e totais, para efeito de cotejo, prevalecerão os unitários.

12.2. No julgamento o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, dos documentos e sua validade jurídica, para fins de classificação.

12.3. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, bem como para aferir se a proposta está de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

12.4. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de servidores pertencentes ao quadro de pessoal da DPE-PR ou de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para subsidiar suas decisões, indicando o dispositivo do edital de licitação objeto do questionamento e os documentos ou elementos sobre os quais recai a dúvida.

12.5. Será desclassificada a proposta:

- a) formulada por quem esteja impedida de participar do certame;
- b) que contenha qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes;
- c) que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;
- d) cujo valor resultante da aplicação do percentual de desconto seja superior aos valores máximos fixados no Anexo I, ou quando os preços forem manifestamente inexequíveis ou que não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) em desacordo com as especificações, prazos e condições fixadas neste edital;
- f) que após diligências não forem corrigidas ou justificadas;
- g) que contiver vício insanável;
- h) que tiver sua amostra reprovada, caso ela esteja sendo exigida.

12.5. No caso de desclassificação será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda a este edital, podendo o Pregoeiro negociar com a licitante para que sejam obtidas melhores condições.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Para habilitação da licitante é necessária a documentação de:

a) habilitação jurídica;

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90022/2025 – SEI n.º 24.0.000000844-0



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

b) regularidade fiscal, social e trabalhista;

c) qualificação econômico-financeira;

d) qualificação técnica.

13.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:

a) cópia do contrato social ou instrumento equivalente (tais como estatuto social, requerimento de empresário ou certificado da condição de microempreendedor individual - CCMEI) com alterações e consolidação em vigor, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.3. Documentos relativos às habilitações fiscal, social e trabalhista:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda (comprovante emitido pela Receita Federal ou Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo SICAF);

b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;

d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;

e) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

f) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

g) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

h) demonstração de cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

13.4. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

a) certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;

13.5. Documentos relativos à qualificação técnica:

a) Um ou mais atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa prestou ou está prestando, de forma satisfatória, serviços compatíveis e pertinentes à revisão ou manutenção de pelo menos um veículo utilitário de grande porte.

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

a.1) O atestado de qualificação técnica é necessário para assegurar a contratação de empresa que tenha o mínimo de experiência nesse tipo de veículo.

a.2) O ACT deverá demonstrar a execução de serviços com quantitativos equivalentes a no mínimo 50% da frota atual. Será considerado como lastro o consumo anterior da DPE/PR, conforme quadro a seguir:

Tipo de Serviço	ACT mínimo exigido
Manutenção preventiva	Prestação de serviços para no mínimo 1 veículo utilitário grande com plano de manutenção baseado em quilometragem periódica
Manutenção corretiva	Prestação de serviços de reparos mecânicos e elétricos para no mínimo 1 veículo utilitário grande , incluindo fornecimento de peças e mão de obra especializada.

13.6. A habilitação da arrematante será verificada por consulta ao SICAF ou CAUFPR, bem como à documentação complementar que comprove o cumprimento dos requisitos previstos neste capítulo, a ser anexada ao sistema www.gov.br/compras, nos termos deste edital.

13.6.1. A licitante deverá confirmar se todos os documentos solicitados neste edital para verificação da habilitação estão inseridos e atualizados no sistema SICAF ou CAUFPR, caso contrário deverá providenciar a sua juntada.

13.7. Somente será considerada habilitada a arrematante que preencha os requisitos de habilitação na data da primeira sessão.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

14.1. Sob pena de inabilitação, os documentos deverão se referir ao CNPJ cadastrado no sistema www.gov.br/compras para a participação do certame.

14.1.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

pela própria natureza forem emitidos somente em nome da matriz (FALÊNCIA – FEDERAL – FGTS – TRABALHISTA).

14.1.2. Caso a arrematante possua matriz e filiais na data da habilitação e participe da licitação com o CNPJ de uma delas, poderá executar o contrato e emitir as respectivas faturas com o CNPJ da outra, desde que comprove os requisitos de habilitação de ambas e indique em sua proposta o CNPJ (da matriz ou filial) que será utilizado para o faturamento, discriminando o item ou grupo respectivo, quando for o caso.

14.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada e declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.2.1. Na hipótese do item 14.2 será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do momento em que a arrematante for declarada vencedora, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário ou fiscal, e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.2.2. A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

14.3. Toda a documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor e, quando omissa, será aceita por 90 (noventa) dias a partir da sua expedição.

14.4. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital pela arrematante, o Pregoeiro a declarará vencedora e encaminhará o certame à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.5. Caso esteja sendo exigido atestado de capacidade técnica, ele poderá ser apresentado em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.5.1. A arrematante poderá disponibilizar todas as informações que entender necessárias à comprovação da legitimidade do atestado, tais como contratos, notas de empenho, notas fiscais etc.

14.5.2. A ausência de algum dos requisitos do atestado ou dúvidas com relação ao seu conteúdo não o invalidarão se a informação puder ser obtida por diligência ou por meio de outros documentos.

15. DA AMOSTRA

15.1. Não será exigida a apresentação de amostra na presente licitação.

16. DOS RECURSOS

16.1. Qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer em campo próprio

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º90022/2025 – SEI n.º 24.0.000000844-0



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

do sistema, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão.

16.1.1. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

16.1.1. Uma vez aceita a intenção de recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

16.1.2. Será assegurada à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, que deverá ser solicitada via e-mail para o endereço licitacoes@defensoria.pr.def.br.

16.1.3. As razões recursais devem ser encaminhadas em campo próprio do sistema www.gov.br/compras.

16.2. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.3. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

16.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

16.5. Não havendo recurso, o Pregoeiro encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, será firmado Termo de Contrato.

17.2. A DPE-PR convocará a licitante vencedora para assinatura do Termo de Contrato, eletronicamente, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, ou presencialmente, informando o local, data e hora, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação.

17.2.1. O prazo de convocação de que trata o item 17.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

17.2.2. Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 17.2.

17.2.3. A DPE-PR também poderá enviar a Ata para assinatura da licitante, que

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º90022/2025 – SEI n.º 24.0.000000844-0



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

deverá devolvê-la assinada no prazo previsto no item 17.2.

17.3. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.

17.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.5. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 17.4, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

17.6.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

17.6.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

17.8. A regra do item 17.7 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 17.6.1.

17.9. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens 17.4 e 17.6.

17.10. Farão parte da contratação, independentemente de suas transcrições, as condições estabelecidas neste edital e na proposta da adjudicatária.

17.11. A correta emissão da nota fiscal é de responsabilidade da contratada e o faturamento deverá obedecer à legislação tributária que rege a matéria, devendo retratar a realidade da operação realizada e seus respectivos valores.

18. DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO, GESTÃO, RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

18.1. As condições de execução, fiscalização, gestão, recebimento do objeto e

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90022/2025 – SEI n.º 24.0.000000844-0



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

pagamento estão previstas no Termo de Referência (Anexo I).

18.2. É vedado participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, quem mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

19. DA LEI ANTICORRUPÇÃO

19.1. As licitantes e a contratada deverão atender às disposições contidas na Lei Federal nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual, no decorrer da licitação e de todo o período contratual, conduzirão suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

20. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. A disciplina acerca das sanções administrativas encontra-se prevista no Termo de Referência (Anexo I).

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A licitante ou o interessado em participar da presente licitação consente e concorda com o tratamento e divulgação de seus dados pessoais para finalidade específica, conforme a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), a Lei nº 12.527/2011 e o princípio constitucional da publicidade.

21.2. Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

21.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observadas as demais regras previstas no artigo 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

21.5. É facultado ao agente de contratação, Pregoeiro, comissão de contratação e/ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

a) promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a juntada de novos documentos quando necessários para complementar informações acerca daqueles já apresentados pela licitante e que se refiram a fato pré-existente à abertura do certame, bem como aqueles destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

b) adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou da proposta, ou complementar a instrução do processo, desde que não seja alterada a substância da proposta;

c) convocar licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários;

d) solicitar os documentos apresentados de forma eletrônica em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, no prazo estabelecido.

21.6. O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

21.7. O Pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

21.8. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

21.9. O presente edital e todos os seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe ou condição mencionado em um documento, mesmo que omitido em outro, será considerado especificado e válido para esta licitação.

21.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.12. O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas eventuais questões não resolvidas na esfera administrativa.

21.13. Acompanham o presente edital e dele constituem parte integrante os seguintes anexos:



DPE **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Curitiba, data da assinatura digital.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de uma empresa para a prestação de serviços contínuos de manutenção de veículos automotores do tipo VAN ADAPTADA em escritório móvel que integram a frota oficial da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR).

1.2. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

1.2.1. Os veículos adquiridos pela DPE/PR são da fabricante Mercedes-Benz, VAN - Modelo Sprinter 417 CDI 14m³, conforme detalhamento do Apêndice I.

1.2.2. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS VEÍCULOS

1.2.2.1. As manutenções recomendadas pelo fabricante foram verificadas com base nas informações contidas no manual do veículo, conforme detalhado a seguir:

Linha Sprinter	Todos os modelos (exceto Street)
Troca de óleo e filtro do motor OM 651 e OM 654	Cada 20.000 km ou 1 ano
Troca de óleo da caixa de mudanças ZF 6S-480 VO	Cada 360.000 km ou 10 anos
Troca de óleo do eixo traseiro	Cada 300.000 km ou 10 anos
Líquido de arrefecimento	Cada 360.000 km ou 15 anos, o que primeiro ocorrer
Fluido para freios	Cada 2 anos
Drenagem de filtro de combustível	Sempre que indicado no painel



INTERVALOS DE MANUTENÇÃO		
Serviços de manutenção	Classe de lubrificante	Serviço Normal
Troca de óleo e filtro motor OM 651/654	MB 228.51, MB 229.51; MB 229.31, MB 229.52, MB 229.71	Cada 20.000 km (400 h) ou 1 ano, o que ocorrer primeiro
Troca de óleo da caixa de mudanças ZF 6S-480 VO	Lubrificante conforme especificação da ZF	Cada 360.000 km ou 10 anos, o que primeiro ocorrer
Troca de óleo do eixo traseiro	MB 235.31	Cada 300.000 km ou 10 anos, o que primeiro ocorrer
Troca do produto anticorrosivo/anticongelante para sistema de arrefecimento	MB 325.6	Cada 360.000 km ou 15 anos, o que primeiro ocorrer
Fluido para freios DOT 4 Extra e DOT 4/200 (DOT 5)	MB 331.0	Cada 2 anos
Verificar enchimento (saturação) do filtro de partículas diesel, trocar se necessário	1ª verificação	Aos 180.000 km
	Verificações seguintes	Em cada serviço de manutenção

FONTE: CADERNO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E TERMO DE GARANTIA MERCEDES-BENZ

ITENS MANUTENÇÃO PREVENTIVA – MERCEDES-BENZ

PEÇAS PREVENTIVA	INTERVALO
------------------	-----------



Filtro de Combustível	Cada 20.000 km (400 h) ou 1 ano, o que ocorrer primeiro
Filtro de Óleo	Cada 20.000 km (400 h) ou 1 ano, o que ocorrer primeiro
Óleo motor mb gen sae 5w30 – 10 Litros	Cada 20.000 km (400 h) ou 1 ano, o que ocorrer primeiro
Anel de vedação	Cada 20.000 km (400 h) ou 1 ano, o que ocorrer primeiro
Filtro de Ar 417	Cada 20.000 km (400 h) ou 1 ano, o que ocorrer primeiro
Filtro do habitáculo	A cada dois serviços.
Filtro do ar-condicionado	A cada dois serviços.

1.2.2.2. **Óleos do Motor:** O óleo do motor e o filtro de óleo devem ser trocados em cada serviço de manutenção, seguindo os intervalos indicados no manual. O período máximo permitido para efetuar a troca do óleo do motor e do filtro de óleo é de 12 meses, independentemente de a quilometragem não ter atingido o limite estabelecido.

1.2.2.3. **Reabastecimento de ARLA 32:** O ARLA 32 é um fluido solúvel em água para o pós-tratamento dos gases de escape NOx de motores diesel. Para o funcionamento adequado do pós-tratamento dos gases de escape, utilize o ARLA 32 somente de acordo com a ISO 22241. A autonomia indicada de ARLA 32 depende, em grande parte, do estilo de condução e das condições de serviço. Por essa razão, a autonomia real pode ser diferente da autonomia calculada.

1.2.2.4. A cada manutenção preventiva, deverão ser verificados os seguintes itens:

- Conferência dos níveis de todos os fluidos nos seus respectivos reservatórios, visando identificar possíveis vazamentos de água, óleo e combustível.
- Verificação das luzes e lâmpadas, bem como do sistema elétrico do veículo.
- Inspeção das paletas do limpador de para-brisa para garantir seu funcionamento



adequado.

- Avaliação do desgaste e verificação da pressão dos pneus.
- Avaliação dos Sistemas de frenagem e suspensão;
- Avaliação dos demais itens de segurança.
- Observação dos indicadores no painel de instrumentos para identificar qualquer sinal de anomalia.

1.2.2.4.1. Essas práticas visam assegurar o correto funcionamento e a manutenção preventiva dos veículos, contribuindo para a segurança, eficiência e durabilidade dos mesmos. Essa abordagem proativa pode minimizar problemas potenciais e manter os veículos em condições operacionais ideais.

1.2.2.5. Entende-se por:

1.2.2.5.1. **Peças genuínas** - São peças de reposição que seguem as mesmas especificações e características técnicas exigidas para a peça utilizada na linha de montagem do veículo. Elas são apresentadas exclusivamente na embalagem da marca, e sua comercialização ocorre somente nas redes de concessionárias autorizadas.

1.2.2.5.2. **Peças originais** - São aquelas que se apresentam como substitutas das peças genuínas. Embora caracterizadas pela sua adequação ou intercambialidade, podem ou não apresentar as mesmas especificações técnicas ou a mesma qualidade da peça genuína. Por exemplo, podem ser diferentes em relação ao material usado, à resistência proporcionada, à durabilidade, entre outros fatores. Essas peças são direcionadas ao mercado alternativo, e geralmente são fornecidas sem a logomarca da montadora.

1.2.2.5.3. **Manutenção** é o conjunto de atividades realizadas com a finalidade de conservar ou recolocar o veículo em condições ideais de funcionamento, por meio de manutenções periódicas e corretivas.

1.2.2.5.4. **Manutenção preventiva** é a revisão regular a cada 20.000 km ou 01 (um) ano com o intuito de proporcionar as melhores condições de desempenho do veículo no tocante ao seu funcionamento, rendimento e segurança, compreendendo a substituição de componentes com vida útil pré-determinada, tais como óleo, elementos de filtros, correias, velas, bicos injetores, pastilhas e outros e a verificação de defeitos que possam resultar na indisponibilidade do mesmo. Devem obedecer às determinações existentes no manual de cada fabricante.



1.2.2.6. A manutenção preventiva será realizada conforme quilometragem especificada pelo fabricante de cada veículo ou a cada 20.000 km independentemente da manutenção corretiva.

1.2.2.7. É obrigatória a apresentação de relatório técnico de manutenção preventiva onde conste, sucintamente, o estado de funcionamento dos veículos reparados e/ ou vistoriados, bem como, a relação de peças substituídas, com seus respectivos códigos do fabricante, e os serviços realizados.

1.2.2.8. Sempre que solicitado, deverá ser apresentado, no prazo de 24 horas, relatório descrevendo os motivos do desgaste e/ou dano da peça a ser substituída, a fim de identificar se a causa foi o desgaste natural, acidente ou imperícia.

1.2.2.9. Os veículos, quando retirados para manutenção preventiva deverão ser devolvidos pela contratada em até 02 (dois) dias úteis após aprovado o orçamento pela DPE/PR.

1.2.2.10. Os veículos que não tiverem os serviços aprovados deverão ser retirados da oficina e recolhidos em local indicado pela contratante.

1.2.2.11. Fica terminantemente proibida a retirada de peças e equipamentos de um veículo para utilização/conserto de outro.

1.2.3. DA MANUTENÇÃO PREDITIVA

1.2.3.1. A Contratada deverá incluir em seus serviços de manutenção a Manutenção Preditiva, que consiste no acompanhamento periódico de parâmetros e condições de funcionamento dos veículos, com o objetivo de identificar e prever possíveis falhas ou desgastes em seus componentes e sistemas.

1.2.3.2. A cada manutenção, a Contratada deverá fornecer à DPE/PR relatórios de Manutenção Preditiva, contendo os resultados das análises, as tendências observadas e as recomendações de intervenções.

1.2.3.3. As intervenções decorrentes da Manutenção Preditiva deverão ser autorizadas pela DPE/PR, evitando-se ao máximo a indisponibilidade dos veículos, utilizando como referência de valores a planilha orçamentária da manutenção corretiva.

1.2.3.4. A Contratada será responsável por manter os registros da Manutenção Preditiva e das intervenções realizadas, os quais deverão ser disponibilizados à DPE/PR sempre que solicitado.

1.2.4. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

1.2.4.1. **Manutenção corretiva** é a atividade que visa tornar operacional o veículo



ocasionalmente desativado ou com funcionamento debilitado em razão de defeitos e desgastes originados pelo uso compreendendo ainda:

1.2.4.1.1. **Serviços de mecânica em geral:** visam à substituição ou correção de componentes existentes nos motores à gasolina, motores com a tecnologia flex, motores movidos a óleo diesel além dos serviços a serem realizados em caixa de câmbio, injeção eletrônica, bomba injetora, mangas e eixos de transmissão, bomba de água, sistema de freios, conjunto do sistema de embreagem, rolamentos, retentores, radiadores, válvulas dos motores, diferencial, distribuição eletrônica, caixa de câmbio automáticas e automatizadas, direção elétrica, direção hidráulica, módulos eletrônicos, alarmes além de outros serviços não especificados.

1.2.4.1.2. **Sistema Elétrico:** serviço de substituição ou conserto de partes elétricas dos veículos (faróis, lâmpadas, fusíveis, condutores, comandos, setas, vidros elétricos, limpadores de para-brisa e outros).

1.2.4.1.3. **Sistema Hidráulico:** Serviços de substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos (servo freio, caixa de direção e outros).

1.2.4.1.4. **Borracharia completa:** consiste em remendos em pneus, com e sem câmara de ar, troca de pneus por pneus novos, câmaras de ar, recuperação de rodas entre outros serviços.

1.2.4.1.5. **Balanceamento e alinhamento:** serviços de regulação do sistema de rodagem do veículo.

1.2.4.1.6. **Suspensão:** consiste em substituição e/ou reparos de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanças e outros serviços.

1.2.4.1.7. **Ar condicionado:** serviços de reparos no sistema de resfriamento do ar no interior do veículo.

1.2.4.1.8. **Parte de funilaria e pintura:** Recuperação de para-choques, capotaria, lanternagem, plotagem, borracharia, fluido e acessórios de reposição, aplicação e reparo em fibra de vidro, pintura em geral.

1.2.4.2. Será indicada lista de peças/acessórios referenciais para manutenção corretiva conforme Apêndice II deste Termo de Referência.

1.2.4.3. **Na ausência de referência de preços para determinada peça/acessório conforme tabela de referência do Apêndice II,** deverá ser priorizada a substituição por peça equivalente, desde que atenda às especificações técnicas e requisitos necessários para a execução do serviço, e seja compatível com o veículo,



conforme o item 1.2.4.14 deste Termo de Referência.

1.2.4.4. Caso não seja possível a substituição por peça equivalente, será realizada pesquisa de mercado para definir o valor a ser pago.

1.2.4.5. A CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, no mínimo três orçamentos obtidos junto a fornecedores distintos, acompanhados de justificativa detalhada, especificações técnicas e demais documentos necessários para comprovar a razoabilidade dos valores apresentados.

1.2.4.6. A fiscalização do contrato analisará os orçamentos apresentados, verificando se os valores estão compatíveis com o mercado por meio de pesquisa própria ou outras bases de referência disponíveis.

1.2.4.7. Caso sejam identificados indícios de sobrepreço ou incompatibilidade com os valores usualmente praticados, a CONTRATADA poderá ser solicitada a apresentar novos orçamentos ou justificativas adicionais.

1.2.4.8. Caso os orçamentos sejam considerados compatíveis com o mercado, o pagamento será realizado com base na média dos três orçamentos apresentados, **aplicando-se o desconto ofertado pela CONTRATADA na apresentação da respectiva proposta.**

1.2.4.9. A CONTRATADA não poderá recusar a execução do serviço ou fornecimento do insumo caso o valor estabelecido esteja dentro do preço médio de mercado identificado, sendo vedada a imposição de valores superiores aos praticados no setor.

1.2.4.10. Os serviços de manutenção corretiva abrangem os sistemas mecânicos de direção, embreagem, escapamento, freio, motor, regulagem, suspensão, transmissão, retífica de motores, funilaria e pintura ou qualquer outra situação que possa ser necessária.

1.2.4.11. **Aos sistemas eletro-eletrônico de:** alternador, motor de partida, motor do limpador de para-brisa, eletroventilador, chicote e lâmpadas, fusíveis, regulagem de faróis, ar condicionado, consertos de rádios.

1.2.4.12. **Borracharia:** Troca e montagem de pneus novos e consertos de pneus.

1.2.4.13. A substituição de peças, componentes, equipamentos, acessórios e outros só poderá ocorrer após aprovação pelo fiscal do contrato ou outro representante designado, para validá-lo, mediante indicação dos motivos de sua ineficiência, inoperância ou quaisquer defeitos que impliquem em risco de segurança ou que



comprometam o funcionamento do veículo defeituoso.

1.2.4.14. O fornecimento de peças, equipamentos, acessórios e outros a serem utilizados no caso de consertos dos veículos deverão ser novos; genuínos ou originais, ou recomendados pelo fabricante e compatíveis com o veículo.

1.2.4.15. Somente será admitida pelo Contratante a utilização de peças de acordo com o estabelecido na Norma Técnica NBR 15296 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

1.2.4.16. Os materiais que tratam o item acima não poderão ser usados ou de procedência duvidosa.

1.2.4.17. Em caso de necessidade de substituição de peças, equipamentos, componentes, ou acessórios, a empresa deverá fornecer orçamento com os valores, válidos da data da solicitação do orçamento, para apreciação e análise de preço por parte do fiscal do contrato.

1.2.4.18. Para o custo total de manutenções corretivas ao longo do período de vigência do contrato, ou seja, o limite para gastos em manutenções corretivas, será adotado o percentual de 10% do valor do veículo, conforme valor contratado, sem considerar eventuais depreciações.

1.2.4.19. A estimativa de até 10% do valor do veículo para manutenção corretiva foi definida como uma margem prudente, considerando custos com reparos e substituição de peças. Normalmente a manutenção corretiva é a mais onerosa, pois ocorre após falhas ou quebras e frequentemente exige urgência, o que aumenta o custo. Em contraste, manutenções preventiva e preditiva, embora caras inicialmente, são mais econômicas a médio e longo prazo, pois aumentam a vida útil dos veículos e reduzem problemas futuros. Essa margem também está alinhada a práticas observadas em gestão de frotas, servindo como referência para garantir eficiência orçamentária e operacionalidade contínua da frota.

1.2.5. DAS CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS

1.2.5.1. **Fornecimento e instalação de pneus**

1.2.5.1.1. A empresa contratada deverá efetuar a substituição de pneus, conforme os preceitos da Resolução nº 558/80, de 15 de abril de 1980 (CONTRAN) ou sempre que um defeito de força maior exija sua substituição, desde que avaliado e autorizado pelo Fiscal do Contrato.



1.2.5.1.2. Os pneus deverão ser novos, não reformados ou recauchutados ou remoldados, de acordo com as normas da ABNT/NBR, com selo do INMETRO e índice de carga, conforme recomendação do fabricante.

1.2.5.1.3. O serviço de borracharia deverá ocorrer sempre que necessário, visto não prever a necessidade de sua ocorrência e será caracterizado pelo serviço de montagem e desmontagem de pneus, bem como pelo conserto, troca de pneus e câmara de ar, furados ou que tenham sofrido qualquer avaria.

1.2.5.2. Dos serviços de geometria, balanceamento de rodas

1.2.5.2.1. A empresa contratada deverá efetuar o ajuste da suspensão e cambagem de forma que garanta a segurança e a estabilidade do veículo.

1.2.5.2.2. A empresa contratada deverá executar o cálculo de desbalanceamento externo e interno das rodas, estático e dinâmico, fazendo os ajustes necessários, a fim de deixá-las com o balanceamento correto.

1.2.5.3. Dos serviços de revisão do sistema de transmissão, direção, freios

1.2.5.3.1. A empresa contratada deverá realizar lubrificação de diferencial, caixa de câmbio, folgas, balanceamento de eixo se houver, juntas homocinéticas, trizetas e suas respectivas coifas, pontos de eixos e outros.

1.2.5.3.2. A empresa contratada deverá realizar aperto dos parafusos, regulagem e conferência de terminais, lubrificação (graxa e óleo), barra de direção, bomba de direção, folgas, correia da bomba, caixa de direção e outros.

1.2.5.3.3. A empresa contratada deverá realizar regulagem de freio, verificação do desgaste das pastilhas, lonas, discos, tambores, nível de fluido e substituição, verificação de servo-freio, cuícas de freio, cilindros mestres e auxiliares, freio de estacionamento (cabos, pedais, alavancas), válvulas (pneumáticas), aro dos pneus e outros.

1.2.5.4. Dos serviços de revisão do sistema de arrefecimento

1.2.5.4.1. A empresa contratada deverá realizar exame do radiador, verificação do nível de água, mangueiras, fluido de radiador e outros.

1.2.5.5. Dos serviços de revisão do motor

1.2.5.5.1. A empresa contratada deverá realizar verificação das correias, óleo, filtro de óleo e de combustível, juntas e demais componentes, substituindo peças necessárias e outros.

1.2.5.6. Dos serviços de suspensão, elétrico e eletrônico



1.2.5.6.1. A empresa contratada deverá realizar verificação das molas, amortecedores, batentes, coifas, bandejas superiores e inferiores, buchas, pivôs, barra estabilizadora, rolamentos internos e externos e outros.

1.2.5.6.2. A empresa contratada deverá realizar a verificação, conserto e/ou substituição quando necessário, de componentes que integram esse sistema, incluindo acessórios de sinalização e outros.

1.2.5.7. Reabastecimento de Arla 32

1.2.5.7.1. A contratada deverá abastecer o reservatório de ARLA 32 que é um fluido solúvel em água para o pós-tratamento dos gases de escape NOx de motores diesel. Para o funcionamento adequado do pós-tratamento dos gases de escape, será necessário a utilização do ARLA 32 somente de acordo com a ISO 22241. A autonomia indicada de ARLA 32 depende, em grande parte, do estilo de condução e das condições de serviço. Por essa razão, a autonomia real pode ser diferente da autonomia calculada.

1.2.5.8. Serviços de Chaveiro

1.2.5.8.1. Consiste nos serviços de abertura de portas de veículos, assim como na confecção de cópias de chaves simples ou codificadas, conserto de fechaduras de portas de veículos, de ignição e todos os outros serviços/materiais afins.

1.2.5.9. Após a finalização dos serviços a contratada deverá apresentar breve relatório explicativo dos serviços efetivamente prestados, com descrição das peças e mão de obra.

1.3. DA JUSTIFICATIVA

1.3.1. A contratação desses serviços é justificável devido à necessidade de manutenção dos veículos, visando preservar o patrimônio público e prolongar a vida útil dos bens. Isso garante que os veículos estejam em perfeitas condições de funcionamento, possibilitando o atendimento seguro das demandas da instituição.

1.3.2. A contratação anterior na DPE/PR contemplou contrato de manutenção de veículos oficiais (contrato n.º 31/2017), porém, destinado a uma frota de sete veículos leves e não de VANS itinerantes. Portanto, não há histórico de contratações para mesmo objeto.

1.3.3. Como justificativa para as quantidades a serem contratadas, atualmente, a Defensoria Pública do Paraná possui 02 (duas) Vans Itinerantes.



1.3.4. Considerando a complexidade dos procedimentos envolvidos em um processo licitatório e a ausência de um corpo técnico especializado na instituição que poderia realizar a compra das peças separadamente, não é viável o parcelamento. A contratação fragmentada poderia resultar em prejuízos para a DPE/PR, reforçando a necessidade de realizar a licitação de forma integrada para garantir a eficácia e eficiência no atendimento das demandas de manutenção.

1.3.5. Como resultado esperado da contratação, pretende-se assegurar a integridade e conservação dos veículos, contribuindo para a preservação do patrimônio público. De igual modo, zelar pela segurança dos usuários dos veículos, já que desta forma promove um ambiente seguro para sua utilização.

1.4. A DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO SERVIÇO SERÁ APRESENTADA NO QUADRO A SEGUIR:

GRUPO 1	ITEM	SERVIÇO	ESPECIFICAÇÕES	CATM AT	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRI. MÁX R\$	VALOR TOTAL MÁX R\$
	01	SERVIÇOS MANUTENÇÃO PREVENTIVA	Manutenção Preventiva e Corretiva de 2 (dois) Veículos do Tipo VAN – Modelo Sprinter 417 CDI 14m³	3565	04 (duas manutenções preventivas por van)	R\$ 2.614,77	R\$ 10.459,08
	02	SERVIÇOS MANUTENÇÃO CORRETIVA, SOB DEMANDA.			Sob Demanda	Conforme Tabela de peças (Apêndice II)	R\$ 90.000,00
	VALOR TOTAL MÁXIMO						R\$ 100.459,08

2. PLANO DE CONTRATAÇÕES

2.1. A presente contratação está em consonância com o Planejamento da DPE/PR, tendo sido incluída no Plano de Contratações Anual (PCA) sob o número 030/2024¹.

3. FORMA DE CONTRATAÇÃO

3.1. Trata-se de prestação de serviços, a ser contratado por meio de licitação, conforme o Plano de Contratação Anual da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

3.2. A modalidade de contratação será realizada por pregão eletrônico, conforme o disposto no Artigo 28, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.3. Considerando a natureza dos serviços de manutenção de veículos, que envolvem uma demanda contínua, porém com variações nos tipos de serviços e nas quantidades de peças necessárias, não será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP). Opta-se pela celebração de contrato com execução sob demanda.

3.4. O critério de julgamento será o maior desconto linear a ser aplicado sobre os preços unitários dos serviços de manutenção preventiva e dos itens constantes da planilha orçamentária, apresentada no Apêndice I. Este critério se justifica por se tratar de objeto de natureza comum e com padrões de desempenho e qualidade passíveis de definição objetiva por meio de especificações usuais do mercado.

3.5. O critério de adjudicação será por grupo, tendo em vista não ser tecnicamente indicado e economicamente vantajoso o parcelamento do objeto, conforme justificado no capítulo 12 do Estudo Técnico Preliminar.

3.6. Será permitida a participação de consórcios na presente licitação, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021. A formação de consórcios deverá observar as condições estabelecidas na legislação, de modo que as empresas associadas atendam plenamente às exigências técnicas e operacionais estabelecidas para a execução do objeto contratual.

3.7. Será admitida a subcontratação do objeto licitatório, considerando às suas especificidades, os quais não puderem ser executados pela própria contratada, tais como:

3.7.1. Revisão ou reparo do compressor de ar condicionado e carga de gás do veículo;

3.7.2. Retífica de discos de freios;

3.7.3. Revisão ou recondicionamento de caixa de direção;

¹ <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Plano-de-Contratacao-Anual-PCA>

- 3.7.4. Revisão e reparo do gerador;
- 3.7.5. Revisão e reparo do ar condicionado interno (referente ao escritório móvel);
- 3.7.6. Revisão e reparo da recuperação ou reparo em roda de liga leve;
- 3.7.7. Outros acessórios ou equipamentos que eventualmente necessitem de reparos também estão inclusos nesta disposição de subcontratação.
- 3.7.8. A proibição completa da subcontratação não é adequada para a presente licitação, pois há serviços especializados que dependem de empresas específicas. Além do mais, não se encontram oficinas que possuam todos os equipamentos e capacidade técnica necessárias para executar tais serviços. Uma proibição total da subcontratação poderia prejudicar significativamente o processo licitatório.
- 3.7.9. A subcontratação deverá ser previamente autorizada pela DPPR, mediante apresentação de pedido formal e os documentos capazes de demonstrar que a(s) SUBCONTRATADA(S) possuem habilitação fiscal, trabalhista e jurídica, bem como qualificação técnica para os serviços subcontratados, nos mesmos limites exigidos na habilitação da contratada.
- 3.7.10. O requerimento de subcontratação deve ser realizado mediante apresentação da Declaração de Compromisso de Subcontratação, que consta no Apêndice III, juntamente com os documentos da SUBCONTRATADA, e o contrato de subcontratação celebrado entre a CONTRATADA e a SUBCONTRATADA.
- 3.7.11. O prazo para a entrega dos documentos descritos no item acima é de até 5 (cinco) dias corridos após a aprovação do orçamento.
- 3.7.12. A DPE/PR terá o prazo de até 10 (dez) dias para homologar a subcontratação.
- 3.8. Não há óbices para a aplicação de adoção do tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e da Lei n.º 11.488/2007.
- 3.9. Considerando o objeto da contratação, não há direito de preferência.

4. REQUISITOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

- 4.1. É facultado a vistoria para o dimensionamento e elaboração da proposta para a presente licitação.
- 4.1.1. Caso seja realizada vistoria, deverá ser assinado o Termo de Visita Técnica (Apêndice IV), pelo representante da empresa e da DPE/PR.



4.1.2. Caso o proponente opte por não realizar visita, assume responsabilidade pelo pleno conhecimento do objeto e condições para a correta prestação do serviço.

4.1.3. A vistoria, se realizada pela empresa, deverá ser agendada previamente ao envio da proposta, através do e-mail: transportes@defensoria.pr.def.br, e acompanhada de representante da DPE/PR, a ser indicado.

4.1.4. Todos os custos associados às eventuais visitas e inspeções serão de inteira responsabilidade dos proponentes.

4.2. Um ou mais atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa prestou ou está prestando, de forma satisfatória, serviços compatíveis e pertinentes à revisão ou manutenção de pelo menos um veículo utilitário de grande porte.

4.2.1. O atestado de qualificação técnica é necessário para assegurar a contratação de empresa que tenha o mínimo de experiência nesse tipo de veículo.

4.2.2. O ACT deverá demonstrar a execução de serviços com quantitativos equivalentes a no máximo 50% da frota atual. Será considerado como lastro o consumo anterior da DPE/PR, conforme quadro a seguir:

Tipo de Serviço	ACT mínimo exigido
Manutenção preventiva	Prestação de serviços para no mínimo 1 veículo utilitário grande com plano de manutenção baseado em quilometragem periódica
Manutenção corretiva	Prestação de serviços de reparos mecânicos e elétricos para no mínimo 1 veículo utilitário grande , incluindo fornecimento de peças e mão de obra especializada.

4.3. Para fins de análise da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, bem como para verificar se há algum impedimento para contratação do fornecedor beneficiário, serão considerados os seguintes documentos:

- 4.3.1. Certidão de regularidade fiscal e previdenciária federal emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
- 4.3.2. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual ou Distrital;
- 4.3.3. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública Municipal, caso a sede da empresa não seja no Distrito Federal;
- 4.3.4. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) emitido pela Caixa Econômica Federal;
- 4.3.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST);
- 4.3.6. As certidões poderão ser substituídas pela certidão emitida pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 4.3.7. Para verificar a existência de impedimentos para a contratação do fornecedor beneficiário, serão consultadas as seguintes bases de dados:
- 4.3.7.1. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 4.3.7.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 4.3.7.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;
- 4.3.7.4. Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná;
- 4.3.7.5. Cadastro de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

5. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

- 5.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, será firmado Termo de Contrato.
- 5.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 5.3. A assinatura do Termo de Contrato deverá ser promovida por representante legal da licitante, ou por mandatário mediante a apresentação de procuração com firma reconhecida outorgada por representante legal da licitante.

5.4. A convocação para a assinatura do Termo de Contrato será realizada de forma eletrônica no e-mail indicado pela licitante em sua proposta de preços, modo pelo qual também serão formalizadas outras comunicações acerca dos atos do presente procedimento licitatório.

5.5. O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela DPE/PR.

5.6. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se o adjudicatário mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.

5.7. O prazo de vigência da contratação terá início com sua publicação no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DEDPR) e **vigerá por 12 (doze) meses**, excluído o dia do termo final, sendo prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

6. MODELO DE GESTÃO

6.1. O gestor e o fiscal técnico do Termo de Contrato serão designados pela Coordenadoria de Fiscalização de Contratos e Convênios.

6.2. O fiscal técnico será designado de acordo com a indicação da Diretoria de Operações.

6.3. As comunicações durante a execução contratual serão realizadas através de correspondência eletrônica e serão expedidas pela Coordenadoria de Logística, através do endereço eletrônico transportes@defensoria.pr.def.br

6.4. O acompanhamento e fiscalização do contrato serão realizados pela fiscalização da CONTRATANTE.

6.5. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços por intermédio da fiscalização contratual.

6.6. A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas especialmente no Anexo XII da Resolução DPG n° 375/2023.

6.7. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos/serviços

prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. De acordo com o inciso II do Artigo 68 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá ser de ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

7.2. CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações da DPE/PR sem prévia autorização formal.

7.3. A empresa CONTRATADA deverá observar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.853/2019.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preço, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação

7.5. A CONTRATADA assume o compromisso de fornecer os produtos objeto da licitação, nos quantitativos solicitado pela Defensoria Pública e até as quantidades máximas registradas em cada item, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata de registro de preços, em conformidade com o edital de licitação.

7.6. A CONTRATADA deve atender nos prazos estabelecidos, aos requerimentos e determinações regulares emitidas pela autoridade designada para gerir, acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior, bem como atender tempestivamente às diligências para a regular gestão do instrumento contratual.

7.7. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

7.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.9. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.10. A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente todos os prazos estabelecidos no contrato e no Termo de Referência, inclusive aqueles relacionados ao refazimento de serviços considerados insatisfatórios ou defeituosos, bem como à



substituição de peças ou materiais, quando necessário, conforme determinação da DPE/PR.

7.11. Zelar pela guarda dos veículos durante todo o período de manutenção, incluindo-se eventuais deslocamentos para serviços subcontratados e o período de guarda nesses locais, respondendo por quaisquer danos que venham a ocorrer entre o período de entrega e retirada do veículo por parte da Defensoria Pública.

7.12. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiro decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

7.13. A CONTRATADA deverá, sempre que o veículo for encaminhado para manutenção preventiva ou corretiva, realizar a verificação de todos os itens de segurança do veículo, conforme especificado no item 1.2.2.4, e executar as atividades de manutenção preditiva, necessárias para assegurar a integridade e o correto funcionamento do veículo.

7.14. A empresa deverá se responsabilizar por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços contratados, ficando ainda, a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

7.15. A empresa deverá cumprir tudo o que determina a convenção coletiva do Sindicato ou órgão deliberativo da categoria.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto.

8.2. Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações e os esclarecimentos eventualmente necessários à prestação dos serviços;

8.3. Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto;

8.4. Efetuar o pagamento devido pela prestação dos serviços, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas;

8.5. Aplicar à CONTRATADA as penalidades cabíveis.

9. REGIME DE EXECUÇÃO



9.1. A prestação do serviço se iniciará com a vigência do Termo de Contrato firmado entre as partes.

9.2. Para a realização dos serviços, a Defensoria Pública do Estado do Paraná levará o veículo a ser mantido até as instalações da CONTRATADA.

9.2.1. Na hipótese de parte dos serviços serem executados por intermédio de empresas subcontratadas, caberá à CONTRATADA o traslado dos veículos para o serviço.

MANUTENÇÃO PREVENTIVA

9.3. Nos casos de manutenção preventiva deverão ser observados os itens constantes do item 1.2.2.

9.4. O acionamento da manutenção preventiva ocorrerá por meio de Ordem de Serviço, expedida pela Coordenadoria Logística da Defensoria Pública, observando o prazo mínimo de 30 (trinta) dias e máximo de 60 (sessenta) dias para o agendamento do serviço.

9.5. A CONTRATADA deverá realizar a manutenção preventiva na data agendada para o serviço.

9.5.1. O prazo para a realização da manutenção preventiva poderá ser estendido por até 01 (um) dia útil, desde que solicitado pela CONTRATADA de maneira fundamentada e tempestiva e aprovada pela fiscalização do contrato.

9.6. A CONTRATADA deverá apresentar relatório completo de todos os serviços executados, incluindo-se eventuais peças e materiais aplicados.

MANUTENÇÃO CORRETIVA

9.7. Nos casos de manutenção preditiva/corretiva, deverão ser observados os itens da planilha orçamentária (Apêndice II)

9.8. A manutenção corretiva terá início com o agendamento do serviço de análise e orçamentação, mediante Ordem de Serviço expedida pela Coordenadoria Logística.

9.8.1. A CONTRATADA deverá recepcionar o veículo para a orçamentação dos serviços de manutenção corretiva em até 02 (dois) dias úteis.

9.9. A orçamentação deverá ser apresentada em até 03 (três) dias úteis após a entrega do veículo.

9.10. Os orçamentos deverão ser encaminhados por meio eletrônico, de forma detalhada, em laudo técnico, contendo:



9.10.1. Os procedimentos propostos para a solução de outros problemas detectados.

9.10.2. Descrição dos serviços necessários aos reparos solicitados;

9.10.3. Marca, modelo/ano e número de placa do veículo, o nome, o código da peça do fabricante, a quantidade de peças e / ou acessórios a serem substituídos;

9.10.4. Número de horas necessárias à execução;

9.10.5. Número e data do orçamento;

9.10.6. Prazo de garantia;

9.10.7. Valor total dos serviços, peças e acessórios;

9.10.7.1. Na hipótese de ausência de determinados itens na planilha orçamentária, a CONTRATADA deverá apresentar orçamento detalhado, especificando os itens a serem submetidos à manutenção, acompanhados dos seus respectivos códigos do fabricante e os valores correspondentes.

9.10.7.2. A definição dos valores a serem pagos por esses itens seguirá o procedimento estabelecido nas cláusulas 1.2.4.4 e 1.2.4.5 deste Termo de Referência.

9.10.7.3. Ao receber o respectivo orçamento, a Defensoria realizará a análise no mercado visando aferir se os valores constantes no orçamento se encontram dentro dos referenciais do mercado.

9.10.7.4. Nos casos em o serviço/item não esteja previsto na planilha orçamentária (Apêndice II), o gestor designado pela CONTRATANTE, caso não concorde com os preços apresentados pela CONTRATADA, providenciará 03 (três) orçamentos do material, para formação do preço médio, que servirá de parâmetro para negociação entre o representante da CONTRATANTE e a CONTRATADA, não sendo admitida a compra do valor acima do preço médio de mercado.

9.10.8. Prazo para a realização dos serviços corretivos, por veículo, conforme prazo máximo estipulado na tabela abaixo:

SERVIÇOS	PRAZO MÁXIMO
Serviços, sem fornecimento de peças, no valor máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).	5 dias úteis
Serviços, com fornecimento de peças, no valor máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).	10 dias úteis
Serviços, sem fornecimento de peças, com valor igual ou acima de R\$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo).	10 dias úteis



Serviços, com fornecimento de peças, com valor igual ou acima de R\$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo).	20 dias úteis
--	---------------

9.10.8.1. Os prazos para execução dos serviços poderão ser prorrogados, a critério exclusivo da Defensoria Pública, mediante solicitação fundamentada e tempestiva da CONTRATADA, e analisados e decididos pela fiscalização contratual.

9.11. Após a recepção do orçamento, a Defensoria Pública terá 03 (três) dias úteis para a sua contestação, revisão ou aprovação.

9.11.1.A Defensoria Pública deverá retirar o veículo do estabelecimento da CONTRATADA em até 01 (um) dia útil após expirado o prazo previsto no item 9.11, desde que não aprove o orçamento, nem o conteste ou peça a sua revisão.

9.11.2.Nas hipóteses de contestação e/ou pedido de revisão do orçamento, a CONTRATADA deverá se manifestar em até 02 (dois) dias úteis, período em que o veículo permanecerá no seu estabelecimento.

9.12. A Defensoria Pública poderá realizar a aprovação parcial do orçamento, devendo a CONTRATADA executar e fornecer somente o que for aprovado.

9.13. Após a análise, a Defensoria Pública emitirá Ordem de Serviço, na qual constará o orçamento aprovado, sendo esse o marco temporal para o início da execução dos serviços corretivos.

9.13.1. Durante a execução dos serviços corretivos, caso se constate a necessidade de ampliação do escopo da Ordem de Serviço, a Defensoria Pública deverá ser comunicada imediatamente para análise e decisão.

9.13.1.1. A comunicação de ampliação do escopo do reparo deverá ser justificada formalmente e deverá ser protocolada junto à fiscalização do contrato, munida de orçamentação, nos moldes estipulados neste Termo de Referência.

9.13.1.2. Caso a ampliação do escopo do reparo seja aprovada, integral ou parcialmente, a Defensoria Pública emitirá aprovação formal, constando, caso necessário, prazo adicional para realização dos reparos.

9.13.1.3. Caso a ampliação do escopo do reparo seja negada, o prazo originalmente previsto para os reparos fica mantido, podendo ser dilatada, a critério exclusivo da Defensoria Pública, somente pelo período exato àquele necessário à análise da orçamentação adicional.

9.14. Ao final da manutenção corretiva, caberá à CONTRATADA apresentar o relatório final do conserto, por veículo, contendo todos os serviços e as peças defeituosas ou desgastadas que foram substituídas, além de teste de rodagens, quando necessário.



9.15. CONDIÇÕES COMUNS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

9.15.1. A contratada deverá prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva na cidade de Curitiba/PR.

9.15.2. Na data de realização dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva ou orçamentação, o veículo será entregue à CONTRATADA, que deverá entregar termo de entrada e responsabilidade pelo veículo, incluindo vistoria preliminar acerca das condições da lataria, vidros, estofamento, rodas e pneus, quilometragens, entre outras, conforme checklist da CONTRATADA.

9.15.2.1. Após a realização dos serviços de manutenção preventiva e ou corretiva ou orçamentação, a Defensoria Pública deverá receber o veículo, conferindo as condições de lataria, vidros e estofamento, dando baixa ao termo de responsabilidade apresentado pela CONTRATADA.

9.15.3. Os serviços executados, bem como fornecimento de peças e acessórios, deverão ser genuínos, originais, ou recomendados pelo fabricante e compatíveis com o veículo e ter garantia mínima de noventa dias ou, no caso de peças e acessórios com garantia de fábrica, a periodicidade determinada pelo fabricante, devendo ser adotada a maior delas.

9.15.4. A contratada deverá oferecer garantia dos serviços executados por um período de 90 (noventa) dias ou 5.000 km rodados a partir da emissão da nota fatura.

9.15.4.1. As peças, componentes, acessórios e materiais utilizados nos serviços poderão ter garantia diferenciada, desde que seja por um período superior à garantia mínima prevista na cláusula anterior.

9.15.5. A empresa contratada deverá providenciar, quando houver necessidade de substituições de acessórios, componentes, partes e peças de reposição, orçamento, com os valores à vista das tabelas de preços das fabricantes, que deverão ser apresentados ao Fiscal do Contrato com o desconto contratual disposto na proposta de preços que, por sua vez, autorizará, ou não, a execução do serviço com a possível reposição de peças e acessórios.

9.15.5.1. A substituição das peças deverá ser efetuada com peças originais de primeiro uso, não recondiçionadas, recomendadas pelo fabricante e por normas técnicas vigentes.



9.15.6. Os veículos, objeto da presente licitação não poderão sofrer intervenção de terceiros, sem prévia autorização por escrito da Defensoria ou nos casos em que a empresa contratada não seja autorizada pelo fabricante para realizar serviços nos veículos, sem haver a perda da garantia.

9.15.7. O pagamento das peças fornecidas será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA, na qual deverão ser discriminadas todas as peças fornecidas.

9.15.7.1. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal deste ajuste, ou comissão designada para esse fim, mediante termo detalhado, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da comunicação escrita da CONTRATADA informando a entrega ou a conclusão da execução do objeto.

9.15.7.2. O objeto será recebido definitivamente pelo gestor deste ajuste, ou comissão designada para esse fim, mediante termo detalhado, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data do recebimento provisório, não podendo ultrapassar esse prazo, salvo situação excepcional expressamente comprovada.

9.15.7.3. O recebimento definitivo do objeto fica condicionado à demonstração de cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as obrigações assumidas, bem como à apresentação do documento de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que permitam à CONTRATANTE prestar as informações necessárias perante o fisco, nos termos da legislação vigente.

9.15.7.4. Os recebimentos provisório e definitivo do objeto devem observar o procedimento estabelecido no Termo de Referência, bem como o previsto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XII.

9.16. DAS HIPÓTESES DE REFAZIMENTO DO SERVIÇO E/OU SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DEFEITUOSAS

9.16.1. Durante o prazo de garantia estabelecido na cláusula 9.15.4, a CONTRATADA obriga-se a refazer, às suas expensas, os serviços considerados insatisfatórios, bem como a proceder à substituição de quaisquer materiais ou peças com defeito, **no prazo máximo correspondente à metade daquele originalmente estipulado para a execução do serviço, conforme previsto na cláusula 9.10.8.**

9.16.1.1. O prazo será contado em dias úteis a partir do recebimento da notificação formal expedida pela Coordenadoria Logística da Defensoria Pública, sendo o



atendimento devidamente registrado na respectiva Ordem de Serviço, sem quaisquer ônus adicionais à CONTRATANTE.

9.16.1.2. Os prazos para execução dos serviços poderão ser prorrogados, a critério exclusivo da Defensoria Pública, mediante solicitação fundamentada e tempestiva da CONTRATADA, e analisados e decididos pela fiscalização contratual.

9.16.2. Fora do prazo de garantia, a CONTRATADA continuará responsável pela correção, substituição ou refazimento dos serviços e/ou peças fornecidas, quando constatado vício oculto ou defeito cuja origem seja relacionada à má execução dos serviços ou ao fornecimento inadequado de materiais, desde que identificado dentro do prazo de vida útil razoável do item ou do serviço prestado.

9.16.2.1. Nesses casos, a obrigação de refazimento observará os mesmos prazos e condições definidos na cláusula 9.16.1, iniciando-se a contagem a partir da notificação formal expedida pela Coordenadoria Logística da Defensoria Pública.

10. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

10.1. O IMR é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

10.2. O responsável pela fiscalização e/ou gestão do contrato deverá utilizar este Instrumento de Medição de Resultado para verificar a execução dos serviços no momento de atestar a Nota Fiscal;

10.3. O ajuste de pagamento será feito com base na aferição final, devendo o responsável encaminhar este IMR com a devida aferição até o 2º dia útil após o término da manutenção veicular para a CFIS – Coordenadoria de Gestão e Fiscalização das Contratações e Convênios;

10.4. Este será o modelo para verificação da qualidade dos serviços conforme objeto descrito no Termo de Referência;

10.5. Todas as ocorrências devem ser anotadas pela pessoa responsável devendo esta registrá-las apontando o dia e horário da ocorrência;

10.6. Previamente à aplicação das penalidades apontadas pelo gestor do contrato, poderá a empresa Contratada apresentar defesa, no prazo de 48 horas contado a partir da data em que for notificada a respeito.



10.7. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa por parte do fornecedor, apenas em casos que se tenha dúvida sobre a ocorrência do fato que gerou a penalidade, por se tratar de um procedimento que de forma geral tem seus critérios objetivos e claros;

10.8. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo responsável da DPE/PR, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

INDICADOR 1 - CUMPRIMENTO DOS PRAZOS ESTABELECIDOS	
Item	Descrição
Finalidade	Cumprir os prazos estabelecidos na execução do objeto
Meta a cumprir	Realizar a manutenção dos veículos no prazo estabelecido/combinação
Instrumento de medição	Registro de ocorrências
Forma de acompanhamento	Controle dos gestores e fiscais do contrato.
Periodicidade	Por solicitação enviada à contratada.
Mecanismo de cálculo	-Atraso de até 02 (dois) dias úteis na entrega do orçamento – ocorrência de GRAU 01 -Atraso de até 03 (três) dias úteis na entrega do veículo– Ocorrência de GRAU 01 --Atraso de 02 (dois) dias úteis até 04 (quatro) dias úteis na entrega do orçamento – ocorrência de GRAU 02 -Atraso de 04 até 06 (seis) dias úteis na entrega do veículo – Ocorrência de GRAU 02 -Atraso de 04 (dois) dias úteis até 06 (seis) dias úteis na entrega do orçamento – ocorrência de GRAU 03 -Atraso de 07 até 10 (dez) dias úteis na entrega do veículo – Ocorrência de GRAU 03 -Atrasos superiores a 06 (seis) dias úteis para os orçamentos e de 10 (dez) dias úteis para a entrega do veículo ou que comprometam as agendas de mutirão da DPE/PR. – Ocorrência de GRAU 04
Início de Vigência	Os atrasos contarão a partir do primeiro dia útil subsequente do descumprimento da data combinada com a CONTRATADA para entrega do veículo em manutenção preventiva ou corretiva. O



	acordo sobre a data de entrega do veículo deverá ser formalizado por meios possíveis de comprovação posterior.
Faixas de ajuste no pagamento	Ocorrência GRAU 01 – 10% de desconto sobre o valor da Nota Fiscal. Ocorrência GRAU 02 – 20% de desconto sobre o valor da Nota Fiscal. Ocorrência GRAU 03 – 25% de desconto sobre o valor da Nota Fiscal. Ocorrência de GRAU 04 – 30% de desconto sobre o valor da Nota Fiscal com aplicações de sanções previstas na Deliberação CSDP 043/2023.
Sanções	Sanções previstas na Deliberação CSDP 043/2023 da Defensoria Pública do Paraná, disponível no site institucional.
Observações	A contratada terá 24 horas para justificar a falta de cumprimento dos prazos antes da aplicação das ocorrências. Elucidados os fatos, em caso de glosas serão encaminhados os autos para parecer da autoridade competente para decidir ou não acerca da aplicação.

INDICADOR 2 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
item	Descrição
Finalidade	Promover a qualidade dos serviços contratados
Meta a cumprir	Garantir que durante o período de execução do contrato as vans não fiquem paradas por má execução dos serviços
Instrumento de medição	Registro de ocorrências e Índice de Retrabalho
Forma de acompanhamento	Controle e análise dos veículos.
Periodicidade	A cada serviço de manutenção
Mecanismo de cálculo	Diagnóstico incompleto ou incorreto que implique retrabalho com nova paralisação do veículo – Ocorrência GRAU 01 Problemas no veículo que poderiam ser evitados com as revisões preventivas do veículo – GRAU 02
Início de Vigência	A partir do início da vigência contratual.
Faixas de ajuste no pagamento	Ocorrência GRAU 01 – Desconto de 10% sobre o Valor da Nota Fiscal



	Ocorrência GRAU 02 – Desconto de 20% sobre o Valor da Nota Fiscal Nas recorrências serão aplicadas Sanções.
Sanções	Sanções previstas na Deliberação CSDP 043/2023 da Defensoria Pública do Paraná, disponível no site institucional.
Observações	A contratada terá 2 dias úteis para justificar o retrabalho ou demais situações conforme acima antes da aplicação das ocorrências. Elucidados os fatos, em caso de glosas serão encaminhados os autos para parecer da autoridade competente para decidir ou não acerca da aplicação.

INDICADOR 3 - CUMPRIMENTO DOS PRAZOS DE REFAZIMENTO DE SERVIÇOS EM GARANTIA	
item	Descrição
Finalidade	Assegurar a correção tempestiva dos serviços insatisfatórios ou defeituosos, durante o período de garantia contratual ou, excepcionalmente, fora dele, quando se tratar de vício oculto.
Meta a cumprir	Realizar o refazimento dos serviços ou a substituição de peças defeituosas no prazo máximo estipulado na cláusula 9.16.1 do Termo de Referência.
Instrumento de medição	Registro de ocorrências e Ordens de Serviço emitidas pela Coordenadoria Logística da DPE/PR.
Forma acompanhamento	de Verificação pela fiscalização do contrato do atendimento às notificações enviadas para correção dos serviços ou substituição de itens defeituosos, nos prazos previstos.
Periodicidade	Sempre que for identificada a necessidade de refazimento de serviços ou substituição de peças durante o período de garantia ou diante da constatação de vício oculto.
Mecanismo de cálculo	- Atraso de até 02 (dois) dias úteis no cumprimento do prazo estipulado na notificação – Ocorrência de GRAU 01 - Atraso de 03 (três) até 05 (cinco) dias úteis – Ocorrência de GRAU 02 - Atraso de 06 (seis) até 08 (oito) dias úteis – Ocorrência de GRAU 03 - Atraso superior a 08 (oito) dias úteis – Ocorrência de GRAU 04



	Para os casos de vício oculto, os prazos serão contados a partir da constatação formal pela fiscalização, mediante notificação à contratada.
Início de Vigência	A partir do início da vigência contratual.
Faixas de ajuste de pagamento	Ocorrência GRAU 01 – Desconto de 10% sobre o valor da Nota Fiscal correspondente Ocorrência GRAU 02 – Desconto de 20% sobre o valor da Nota Fiscal correspondente Ocorrência GRAU 03 – Desconto de 25% sobre o valor da Nota Fiscal correspondente Ocorrência GRAU 04 – Desconto de 30% sobre o valor da Nota Fiscal correspondente, além da aplicação das sanções cabíveis
Sanções	Sanções previstas na Deliberação CSDP nº 043/2023 da Defensoria Pública do Estado do Paraná, disponível no site institucional.
Observações	A contratada terá 24 horas para justificar a falta de cumprimento dos prazos antes da aplicação das ocorrências. Elucidados os fatos, em caso de glosas serão encaminhados os autos para parecer da autoridade competente para decidir ou não acerca da aplicação.

11. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

11.1. Considerando a contratação elencada nesse estudo e em atenção ao Art. 18, §1º, XII, 14.133/2021, a manutenção dos veículos poderá ocasionar a geração de resíduos e rejeitos tóxicos, sendo assim, é necessário seguir as orientações da Cartilha de Destinação de Materiais Veiculares, publicada pela Associação Brasileira de Engenharia Automotiva, a Resolução Conama n.º 362/2005 que dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado além da Resolução Conama n.º 416/2019 a qual dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências. Além disso, a fim de mitigar os impactos ambientais, todos os procedimentos que envolvam impressão de papel deverão ser evitados, sendo, preferencialmente, realizados por meio eletrônico.

12. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. No preço estão incluídos todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais,



trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à DPE-PR quaisquer custos adicionais.

12.2. Após o recebimento definitivo pelo responsável pelo acompanhamento, referente à cada serviço efetivamente realizado, os pagamentos serão efetuados na forma de depósito ou crédito em conta bancária em favor da CONTRATADA em até 10 (dez) dias úteis.

12.3. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da CONTRATANTE;

12.4. Para a liberação do pagamento, a pessoa responsável pelo acompanhamento encaminhará o documento de cobrança e documentação complementar à Diretoria de Orçamento e Finanças que então providenciará a liquidação da obrigação.

12.5. Havendo erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento será interrompido, iniciando-se novamente após a regularização.

12.6. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos a CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

12.7. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.



12.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela DPE-PR, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da fornecedora, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

12.9. A DPE-PR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

12.10. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPE-PR serão imputáveis exclusivamente à fornecedora quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

12.11. Com o fim de salvaguardar a transparência administrativa, nos termos da Resolução DPG nº 375/2023, a Defensoria Pública do Estado do Paraná disponibilizará, mensalmente, em área específica no Portal da Transparência, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentem a eventual modificação da ordem.

12.12. Excepcional antecipação de pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado deverá observar o disciplinado no Art.75 da Resolução DPG nº 375/2023.

13. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. As condições de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro estão definidas em Contrato, observando o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 e na Resolução DPG n.º 375/2023.

13.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de **1 (um) ano** contado da data do orçamento estimado desta contratação (data-base), compreendendo o período de **[29/05/2025] a [29/05/2026]**, conforme disposições do contrato.

14. GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Não será exigida garantia contratual, conforme Anexo IV, Art.18, §2º, I, da RES DPG 375/23.



15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. As infrações e sanções administrativas encontram-se definidas na minuta contratual de acordo com a Deliberação CSDP n.º 043/2023.

16. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. Aplicam-se ao presente as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, Resolução DPG n.º 375/2023, Deliberação CSDP n.º 043, de 04 de dezembro de 2023, Lei Complementar Federal n.º 123/2006, Lei n.º 13.709/2018 (LGPD) e na Deliberação CSDP 21/2022 (Disciplina a aplicação da LGPD no âmbito da Defensoria Pública do Paraná), Lei Federal n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto da contratação, aplicando-se referida legislação especialmente aos casos omissos.

16.2. Os diplomas legais acima indicados aplicam-se especialmente quanto aos casos omissos.

17. FORO

17.1. Eventuais litígios que não possam ser dirimidos administrativamente serão processados e julgados na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO

1. Veículo

Modelo: Mercedes-Benz Sprinter 417 CDI / Configuração: Furgão 14m³ – Teto Alto

Ano Fabricação: 2023 / Ano Modelo: 2024

2. Características Técnicas

Motor: OM 654 CDI | Diesel, 4 cilindros em linha, Turbo | 2,0 litros

Potência: 170 cv (125 kW) a 3.800 rpm / Torque: 40,8 kgf.m (400 Nm) a 1.700 rpm

Legislação de Emissões: PROCONVE P8

Transmissão: Mecânica de 6 marchas (ZF-6S 480)

3. Dimensões e Capacidades

Distância entre eixos: 4.325 mm / Comprimento total: 6.967 mm

Altura total do veículo: 2.568 mm (carregado) / 2.663 mm (descarregado)

Largura sem espelhos: 2.020 mm

Diâmetro de giro: 15.300 mm

4. Pesos

Peso Bruto Total (PBT): 4.100 kg

Peso Bruto Total Combinado (PBTC): 6.100 kg

Peso em ordem de marcha: 2.418 kg

Carga útil (NBR 6070): 1.682 kg

5. Chassi e Suspensão

Direção: Elétrica

Tração: Traseira

Suspensão dianteira: Independente com molas transversais parabólicas, amortecedores hidráulicos e barra estabilizadora

Suspensão traseira: Rígido com molas parabólicas, amortecedores hidráulicos e barra estabilizadora

6. Sistema Elétrico

Alternador: 14V / 250A

Bateria: 12V / 92Ah

7. Pneus

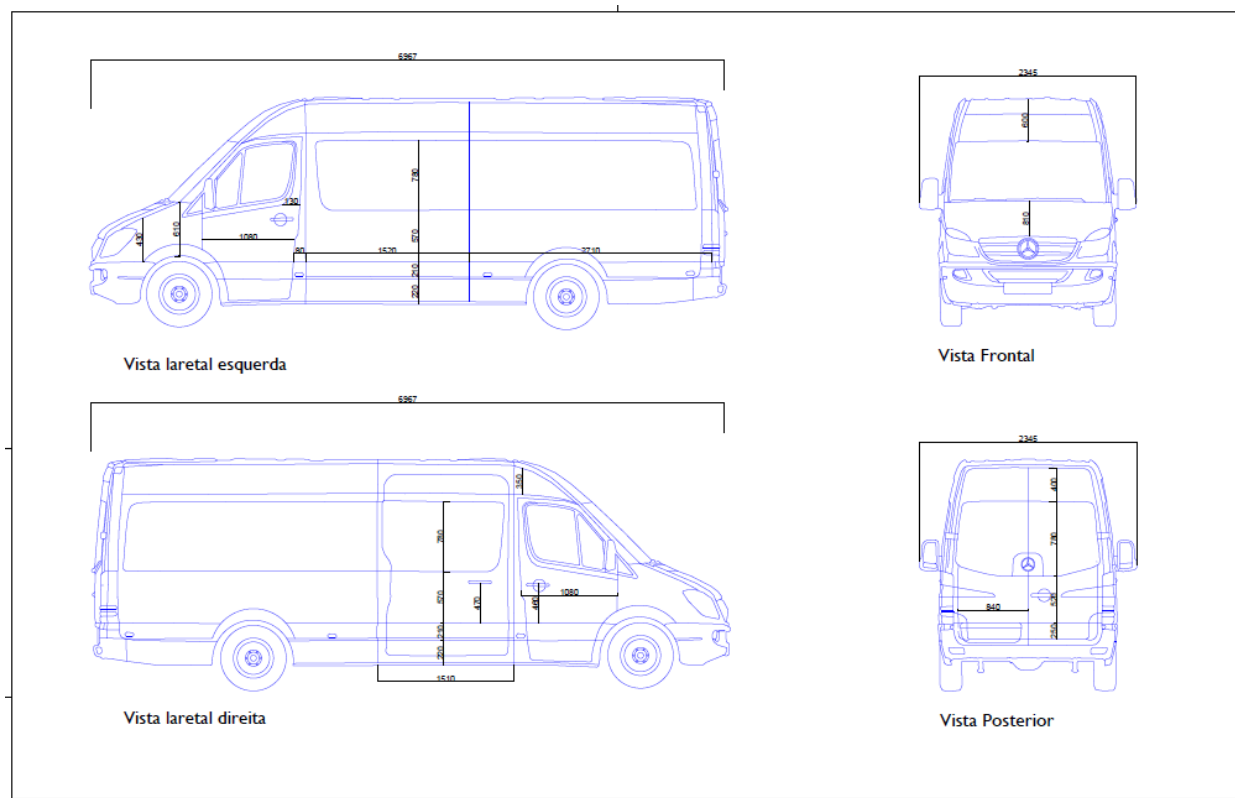
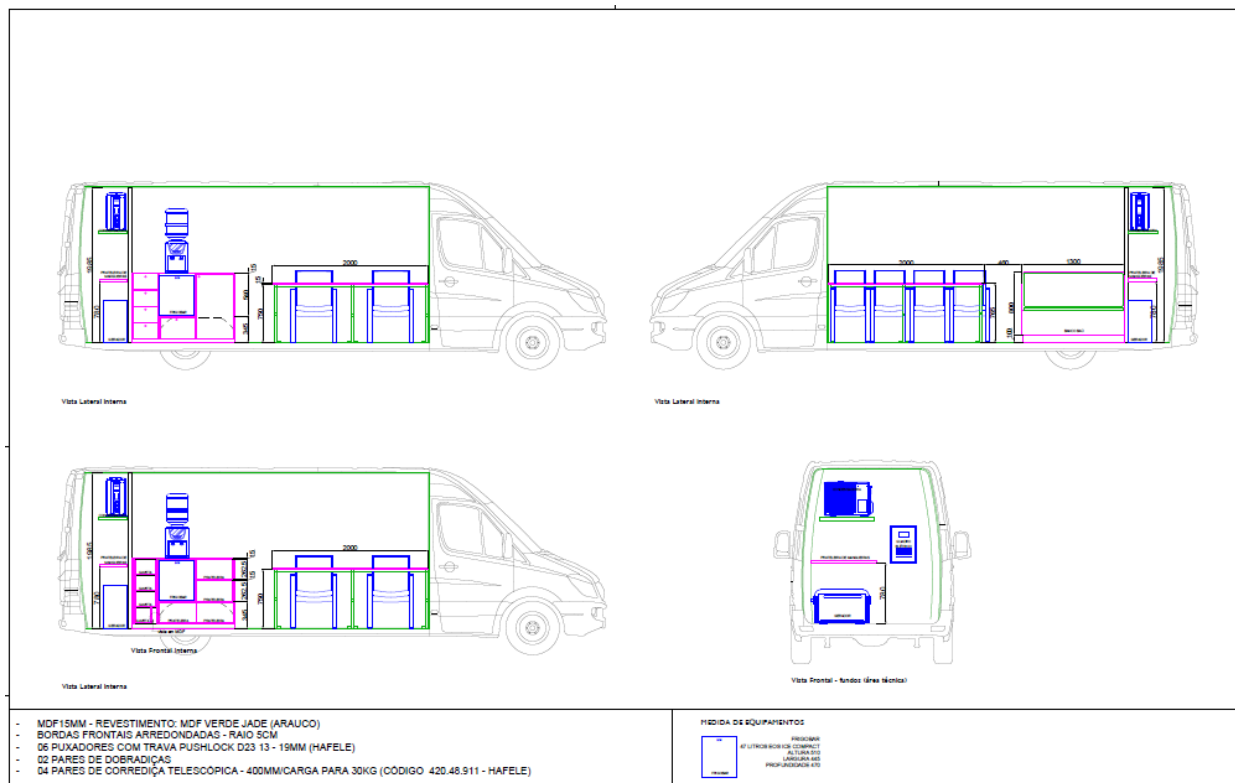
Dimensão: 225/75 R16C



8. Tanques

Combustível: 71 litros

ARLA 32: 22 litros





APÊNDICE II – TABELA TEMPÁRIA E LISTA DE PEÇAS REFERENCIAIS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA

VALOR MÉDIO SERVIÇOS - HORA/HOMEM R\$ 123,75				
PEÇAS CORRETIVA	VALOR UNITÁRIO DA PEÇA	TEMPO (Unitário)	PREÇO ESTIMADO SERVIÇOS (UNITÁRIO)	PREÇO ESTIMADO PEÇAS + SERVIÇOS (UNITÁRIO)
Correia Poly v	R\$ 1.061,20	1,30	160,88	R\$ 1.222,08
Sensor de Desgaste Lona	R\$ 52,85	0,50	61,88	R\$ 114,73
Tensor da Correia	R\$ 2.531,84	1,00	123,75	R\$ 2.655,59
Polia Inversora	R\$ 1.014,98	1,30	160,88	R\$ 1.175,86
Sensor de Desgaste Lona	R\$ 110,25	0,50	61,88	R\$ 172,13
Perna do Amortecedor	R\$ 3.896,49	2,00	247,50	R\$ 4.143,99
Amortecedor	R\$ 1.206,05	2,00	247,50	R\$ 1.453,55
Jogo Peças da Lona Freio	R\$ 1.108,38	2,00	247,50	R\$ 1.355,88
Pneu Aro 16 225/75R 16C	R\$ 1.159,30	0,35	43,31	R\$ 1.202,61
Bateria Mínimo 90Ah	R\$ 1.113,67	0,50	61,88	R\$ 1.175,55
Jogo Velas	R\$ 859,91	0,40	49,50	R\$ 909,41
Lâmpada Luz Alta H15 – 55W	R\$ 685,20	0,25	30,94	R\$ 716,14
Lâmpada H7 55W	R\$ 60,24	0,25	30,94	R\$ 91,18
Lâmpada Indicadora de Direção - PY 21W	R\$ 55,21	0,25	30,94	R\$ 86,15
Jogo Palheta Dianteira Sprinter	R\$ 410,65	0,25	30,94	R\$ 441,59
Reservatório de água	R\$ 560,83	0,60	74,25	R\$ 635,08
Arla 32 Litro	R\$ 9,81	0,25	30,94	R\$ 40,75
Fluido de Freio Litro – MB-Freigabe ou MB-Approval 331.0	R\$ 134,62	1,00	123,75	R\$ 258,37
Filtro de Ar Condicionado	R\$ 120,09	0,50	61,88	R\$ 181,97

Filtro Anti Polen Ar Condicionado (carvão ativado)	R\$ 308,27	0,50	61,88	R\$ 370,15
Fluido de Câmbio Litro	R\$ 77,78	3,50	433,13	R\$ 510,91
Fluido do Diferencial Litro SINT 75W90 GL5	R\$ 299,55	0,50	61,88	R\$ 361,43
Jogo Pastilha Traseira Sprinter Rodagem Simples	R\$ 702,03	0,50	61,88	R\$ 763,91
Jogo Pastilha de freio Dianteira	R\$ 825,75	0,50	61,88	R\$ 887,63
Barra Dir Axial Sprinter	R\$ 1.083,98	0,75	92,81	R\$ 1.176,79
Terminal de Direcao Lado Dir	R\$ 1.499,13	1,50	185,63	R\$ 1.684,76
Terminal de Direcao Lado Esquerdo	R\$ 1.463,29	1,50	185,63	R\$ 1.648,92
Pivo Susp Esq/Dir	R\$ 2.470,24	1,50	185,63	R\$ 2.655,87
Coxim Batedor Amort Diant	R\$ 560,71	2,00	247,50	R\$ 808,21
Bieleta Susp Diant LD e LE	R\$ 466,48	0,50	61,88	R\$ 528,36
Reservatório do Líquido Arrefecimento	R\$ 761,20	0,60	74,25	R\$ 835,45
Água Desmineralizada/Destilada Litro	R\$ 9,99	1,00	123,75	R\$ 133,74
Bomba D'Água	R\$ 5.128,43	2,00	247,50	R\$ 5.375,93

APÊNDICE III: DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE SUBCONTRATAÇÃO

À

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Ref.: **Edital nº /_ - Contrato nº _/___**

Eu, **[Nome do Representante Legal]**, portador do RG nº **[número]** e CPF nº **[número]**, representante legal da empresa **[Nome da Empresa]**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **[número]**, com sede à **[endereço completo da empresa]**, declaro, sob as penas da lei, o seguinte:

1. Que, nos termos do edital de licitação e do contrato, comprometemo-nos a realizar a subcontratação exclusivamente das etapas permitidas no referido documento, que incluem **[descrever as etapas específicas permitidas para subcontratação]**, assegurando o cumprimento integral das condições estabelecidas.
2. Que a subcontratação será formalizada por meio de contratos regulares, cuja cópia se encontra anexada a esta declaração.
3. Que assumimos total responsabilidade pelos atos, condutas e execução dos serviços realizados pela subcontratada, garantindo a observância das normas técnicas, legais e contratuais, bem como a inexistência de vínculo direto entre a subcontratada e a CONTRATANTE.
4. Que a subcontratada atenderá às exigências previstas no edital e nos instrumentos convocatórios, incluindo o cumprimento de protocolos de segurança, documentação de cadeia de custódia e sigilo dos dados envolvidos.
5. Que não há em nossos quadros funcionais menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade, conforme previsto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração para os devidos fins.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]

[Nome do Representante Legal]

[Cargo na Empresa]

[Nome da Empresa]



APÊNDICE IV: DECLARAÇÃO DE VISTORIA/CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DOS VEÍCULOS

[MODALIDADE DO CERTAME] N° ____/20 ____

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

OBJETO:

() Declaramos, como responsável designado pela empresa _____, que realizamos a vistoria dos veículos da DPE/PR, modelo Sprinter, objeto da [MODALIDADE DO CERTAME] n° ____, no dia ____ de _____ de ____, no local _____.

Durante a vistoria, tomamos ciência das condições dos veículos, bem como de todos os detalhes e especificações do objeto da contratação, incluindo os serviços a serem prestados e as informações contidas no Termo de Referência e seus Apêndices.

Declaramos que, se vencedores desta licitação, nos responsabilizamos pela completa execução dos serviços em todas as suas fases, em conformidade com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus Anexos.

() Declaramos, como responsável designado pela empresa _____, que temos completo conhecimento das condições dos veículos da DPE/PR, modelo Sprinter, objeto da [MODALIDADE DO CERTAME] n° _____, bem como de todos os detalhes e especificações do objeto da contratação, incluindo os serviços a serem prestados e as informações contidas no Termo de Referência e seus Anexos.

Declaramos que nos foi dada a oportunidade de realizar a vistoria dos veículos, mas, por nossa livre e espontânea vontade, optamos por dispensá-la, assumindo total responsabilidade por essa decisão e por eventuais consequências que dela possam advir.

[Município], ____ de _____ de 202____.

NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DESIGNADO

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social da Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
Email:
Banco, agência e conta para pagamento:
Nome do Representante:
RG:
CPF:

Grupo 01	Participação geral ou Exclusivo para ME/EPP ou Cota reservada para ME/EPP					
	Benefícios LC 123/2066		Sim () Não ()			
Item	Quant.	Unidade de Medida	Especificações	Valor Unitário (R\$)	Valor Total do Item (R\$)	Percentual de Desconto (%)
01	04 (duas manutenções preventivas por van)	Un.	Serviços de manutenção PREVENTIVA de veículos do tipo VAN – Modelo Sprinter 417 CDI 14m³			
02	Sob demanda	Evento	Serviços de manutenção CORRETIVA de veículos do tipo VAN – Modelo Sprinter 417 CDI 14m³			
VALOR GLOBAL DO GRUPO 01 (considera-se como global o somatório dos preços totais de cada item que compõe este grupo)				R\$		

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90022/2025 – SEI n.º 24.0.000000844-0

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ITEM	PEÇAS CORRETIVA	VALOR TOTAL PEÇA + MÃO DE OBRA	PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR (%)
1	Correia Poly v		
2	Sensor de Desgaste Lona		
3	Tensor da Correia		
4	Polia Inversora		
5	Sensor de Desgaste Lona		
6	Perna do Amortecedor		
7	Amortecedor		
8	Jogo Peças da Lona Freio		
9	Pneu Aro 16 205/75R 16C 110/108R		
10	Bateria Mínimo 90Ah		
11	Jogo Velas		
12	Lâmpada Luz Alta H15 – 55W		
13	Lâmpada H7 55W		
14	Lâmpada Indicadora de Direção - PY 21W		
15	Jogo Palheta Dianteira Sprinter		

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90022/2025 – SEI n.º 24.0.000000844-0

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

16	Reservatório de água		
17	Arla 32 Litro		
18	Fluido de Freio Litro – MB-Freigabe ou MB-Approval 331.0		
19	Filtro de Ar Condicionado		
20	Filtro Anti Polen Ar Condicionado (carvão ativado)		
21	Fluido de Câmbio Litro		
22	Fluido do Diferencial Litro SINT 75W90 GL5		
23	Jogo Pastilha Traseira Sprinter Rodagem Simples		
24	Jogo Pastilha de freio Dianteira		
25	Barra Dir Axial Sprinter		
26	Terminal de Direcao Lado Dir		
27	Terminal de Direcao Lado Esquerdo		
28	Pivo Susp Esq/Dir		
29	Coxim Batedor Amort Diant		

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90022/2025 – SEI n.º 24.0.000000844-0

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

30	Bieleta Susp Diant LD e LE		
31	Reservatório do Líquido Arrefecimento		
32	Água Desmineralizada/Destilada Litro		
33	Bomba D'Água		

Somente para ME ou EPP regulamentada pela Lei Complementar nº 123/06

Em atendimento ao art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, declaro que:	NÃO CELEBRAMOS contratos com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.	CELEBRAMOS contratos com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
---	--	---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90022/2025 – SEI n.º 24.0.000000844-0



DPE **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

Demais condições:

- a) Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços;
- b) Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;
- c) Esta empresa proponente atesta o atendimento das exigências técnicas previstas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital;
- c) O prazo de validade da presente proposta será de 90 dias a partir da data da sessão de abertura do pregão eletrônico.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20____.

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90022/2025 – SEI n.º 24.0.000000844-0



DPE **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90022/2025 – SEI n.º 24.0.000000844-0



Processo nº 24.0.000000844-0

CONTRATO Nº [XXX/XXXX]

(V4. 29/05/2025)

Termo de Contrato que fazem entre si a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e **[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]** para a prestação de serviços de manutenção de veículos do tipo Van.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR), órgão público estadual independente, CNPJ nº 13.950.733/0001-39, sediada na Rua Mateus Leme, nº 1.908, Centro Cívico, Curitiba-PR, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ, CPF nº ***.178.388-**, nomeado pelo Decreto Estadual (PR) nº 5.541/2024, publicado no Diário Oficial do Paraná nº 11.644, de 22/04/2024, e

[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA], CNPJ nº [XXXXXX], sediada na [Rua, Avenida XXXXXX], nº [XXX], bairro [XXXXXX], [Cidade]-[UF], CEP [XXXXXX], doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **[NOME COMPLETO]**, CPF nº ***.XXX.XXX-**, conforme [ato constitutivo da empresa OU procuração apresentada nos autos],

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da homologação do/a **[Modalidade de licitação]** nº [XXX/XXXX] (Processo nº [XXXXXX]), em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021¹ e demais normativas aplicáveis, mediante as cláusulas e as condições adiante expostas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

1.1. Este Termo de Contrato está vinculado, **independentemente de transcrição**, ao Instrumento Convocatório e ao Termo de Referência/Projeto Básico, incluindo os eventuais anexos desses documentos, bem como à Proposta de Preços apresentada pela

¹ Lei de Licitações e Contratos Administrativos.



CONTRATADA, os quais integram o procedimento de contratação indicado no preâmbulo deste instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a prestação de serviços contínuos de manutenção de veículos automotores do tipo Van Adaptada em escritório móvel, fabricante Mercedes-Benz, os quais integram a frota oficial da DPE-PR, conforme discriminado na tabela a seguir, no Anexo I deste Termo de Contrato e nas especificações que constam no Termo de Referência desta contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Serviços de manutenção PREVENTIVA de veículos do tipo VAN – Modelo Sprinter 417 CDI 14m³	Evento	4	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
2	Serviços de manutenção CORRETIVA de veículos do tipo VAN – Modelo Sprinter 417 CDI 14m³	Evento	Sob demanda	Vide Anexo I deste Termo de Contrato	R\$ 90.000,00
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO:					R\$ [XX]

2.2. A CONTRATADA deverá executar o objeto conforme as condições e os requisitos estabelecidos no Termo de Referência desta contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. O prazo de vigência desta contratação é de 12 (doze) meses, excluído o dia do termo final, contado a partir da data de publicação do extrato deste contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná, prorrogável na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A prorrogação de que trata a Cláusula 3.1 é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1. O regime de execução do objeto e as respectivas diretrizes a serem observadas pelas partes constam no Termo de Referência desta contratação.

CLÁUSULA QUINTA– DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Os prazos e as condições de entrega/conclusão do objeto e o procedimento de realização dos recebimentos provisório e definitivo do objeto a serem observados pelas partes constam no Termo de Referência desta contratação e no Instrumento de Medição de Resultados (Anexo II deste Termo de Contrato).

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e a fiscalização deste contrato serão exercidas pela CONTRATANTE, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos e/ou dos serviços prestados, em conformidade com o disposto no Termo de Referência desta contratação, no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023² e em seu Anexo XII, bem como no Instrumento de Medição de Resultados (Anexo II deste Termo de Contrato).

6.2. Os responsáveis pela gestão e fiscalização deste contrato serão designados por ato administrativo próprio da CONTRATANTE – Gestor/a titular: [XXXXXX]; Gestor/a substituto/a: [XXXXXX]; Fiscal titular: [XXXXXX]; Fiscal substituto/a: [XXXXXX].

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor máximo estimado do presente Termo de Contrato é de R\$ [XXX] ([por extenso]).

7.2. No valor indicado na Cláusula 7.1 estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origens federal, estadual e municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à CONTRATANTE arcar com quaisquer custos adicionais.

7.3. O valor expresso na Cláusula 7.1 é estimativo para o período de vigência deste contrato, ou seja, será definido conforme as quantidades demandadas pela CONTRATANTE e efetivamente executadas e atestadas em termo de recebimento definitivo, o que constituirá a base de cálculo para a aferição dos pagamentos devidos à CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

² Estabelece, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos.

8.1. Para as despesas decorrentes deste contrato, indica-se a disponibilidade de recursos na seguinte Dotação Orçamentária: [XXXXXX], Detalhamento: [XXXXXX].

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. Observados o quantitativo, o preço, as etapas de execução e a ordem cronológica dos pagamentos da CONTRATANTE, o(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em favor da CONTRATADA em até **10 (dez) dias úteis** contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

9.1.1. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: nº 13.950.733/0001-39.

9.2. Na hipótese de ausência de itens na Tabela de Preços (Anexo I deste Contrato), deverá a CONTRATADA apresentar, no mínimo, 3 (três) orçamentos de fornecedores distintos que contemplem a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais necessários para aquele evento, devendo ser aplicado, para a definição do valor total final a ser pago pela CONTRATANTE, o percentual de desconto de [XX]% ([por extenso]), observados, ainda, os demais requisitos previstos no Termo de Referência desta contratação para tais casos.

9.3. A liberação do(s) pagamento(s) à CONTRATADA fica condicionada à apresentação do documento de cobrança e ao recebimento definitivo do objeto.

9.3.1. Se a CONTRATANTE constatar erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será interrompido, ou seja, os dias já decorridos serão restituídos e o prazo se iniciará somente após a regularização da pendência.

9.4. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

9.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a última data prevista para pagamento e a data correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, desconsiderado o critério *pro rata die*, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.



9.6. A CONTRATANTE fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos por lei.

9.6.1. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da CONTRATANTE serão imputáveis exclusivamente à CONTRATADA quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.I. DO REAJUSTE POR ÍNDICE

10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de **1 (um) ano** contado da data do orçamento estimado desta contratação (data-base), compreendendo o período de **[dd/mm/aaaa] a [dd/mm/aaaa]**.

10.2. Os preços contratados serão reajustados anualmente pela CONTRATANTE mediante a aplicação da variação do **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** acumulado em cada período ou, se for extinto, outro índice que o substitua, a critério da CONTRATANTE.

10.2.1. Os valores resultantes de reajuste terão efetiva aplicação exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.2.2. Os valores resultantes de reajuste terão, sempre, no máximo, quatro casas decimais.

10.3. O primeiro reajuste terá efeitos financeiros a partir do dia seguinte da data em que findar o período de que trata a Cláusula 10.1, qual seja, **[dd/mm/aaaa]**.

10.4. Para eventuais reajustes subsequentes ao primeiro, deve ser observado o interregno mínimo de **1 (um) ano** contado a partir da data em que se iniciaram os efeitos financeiros do último reajuste aplicado.

10.5. Se, antes da data de início dos efeitos financeiros do reajuste, já houver sido concedida revisão contratual para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, ela será sopesada na ocasião do reajuste, visando evitar acumulação injustificada de valores.

10.6. O reajuste será concedido pela CONTRATANTE mediante apostilamento preferencialmente em até **90 (noventa) dias** após a constituição do direito.

10.II. DA REVISÃO

10.7. As eventuais revisões contratuais reger-se-ão em conformidade com o previsto na Lei nº 14.133/2021, na Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XIII.

10.8. A revisão do preço original do contrato dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessárias justificativas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico, bem como da aprovação da autoridade competente, observando-se ainda:

10.8.1. a eventual aplicação de reajuste, visando evitar acumulação injustificada de valores;

10.8.2. o máximo de quatro casas decimais para os valores resultantes.

10.9. A revisão contratual deverá ser requerida pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme prevê o parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

10.9.1. O requerimento de que trata a Cláusula 10.16, devidamente instruído, deverá ser endereçado mediante ofício à Defensoria Pública do Estado do Paraná e encaminhado via e-mail para a Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS) da DPE-PR.

10.9.2. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após a confirmação de recebimento enviada pela CONTRATANTE à CONTRATADA, cabendo a esta última o ônus de solicitar, se for o caso, a referida confirmação à CONTRATANTE.

10.10. A CONTRATANTE responderá ao requerimento de revisão contratual apresentado pela CONTRATADA, desde que devidamente instruído, em até **120 (cento e vinte) dias**, contados da data do recebimento do pedido, nos termos da Cláusula 10.9.2.

10.10.1. Se constatada a necessidade de complementação, pela CONTRATADA, da documentação que instrui a solicitação de revisão contratual, o prazo previsto na Cláusula 10.10 será interrompido até o recebimento dos documentos solicitados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

11.1. **Não haverá exigência** da garantia de execução contratual prevista nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. **É permitida a subcontratação parcial** da execução do objeto contratual, desde que observados os limites e os requisitos previstos no Termo de Referência desta contratação.

12.2. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

12.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da(s) subcontratada(s), bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12.4. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a(s) subcontratada(s) cumpre(m) os requisitos necessários para a execução do objeto.

12.5. O pagamento dos serviços subcontratados será realizado diretamente à CONTRATADA.

12.6. As partes devem observar a disciplina estabelecida no Termo de Referência desta contratação no que se refere ao procedimento para a autorização da subcontratação do objeto, aos requisitos para a execução contratual pela(s) subcontratada(s) e respectivo acompanhamento e fiscalização, bem como aos prazos e formas de pagamento referentes à(s) parcela(s) subcontratada(s).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações especificadas no Termo de Referência e seus anexos, bem como nos demais documentos vinculados a esta contratação, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir elencadas:

13.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor³, além das demais disposições constantes no Termo de Referência.

13.1.2. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo fixado no Termo de Referência desta contratação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

³ Lei nº 8.078/1990.

13.1.3. Atender, nas condições e nos prazos estabelecidos, aos requerimentos e às determinações regulares emitidos pela CONTRATANTE, bem como atender tempestivamente às solicitações de diligências para a regular gestão do contrato, inclusive no caso de eventual reequilíbrio e/ou prorrogação.

13.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto nos quais se verificarem vícios, defeitos, avarias ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

13.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou de eventual garantia prestada, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

13.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato.

13.1.7. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo fixado no Termo de Referência desta contratação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.1.8. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.1.9. Manter, durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no procedimento de contratação.

13.1.10. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, em observância ao art. 116 da Lei nº 14.133/2021, bem como as reservas

de cargos previstas na Lei Estadual (PR) nº 16.938/2011⁴, na Lei Estadual (PR) nº 18.712/2016⁵ e Lei Estadual (PR) nº 21.926/2024⁶.

13.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

13.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos constante na proposta apresentada, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los se a previsão inicial da proposta não for satisfatória para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

13.1.13. Cumprir, além da legislação vigente nos âmbitos federal, estadual e municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.

13.1.14. Informar, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da data de publicação do presente contrato, preposto para representá-la (caso não seja a própria CONTRATADA) na execução e na gestão contratuais, contendo, no mínimo, nome completo, RG, CPF, telefone e e-mail. No caso de alteração desses dados, deverá a CONTRATADA comunicar imediatamente à CONTRATANTE os dados atualizados para os devidos registros, sob pena de ser considerado válido qualquer eventual ato dirigido àquela.

13.1.15. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência.

13.1.16. Comprometer-se, por meio de seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da execução do objeto deste ajuste, a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiverem acesso durante a vigência contratual, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018⁷ e da Resolução DPG nº 318/2023⁸.

⁴ Determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

⁵ Contratação de trabalhadores a partir de consulta ao banco de dados das Agências do Trabalhador do Paraná pelas empresas concessionárias, permissionárias e terceirizadas de serviços públicos estaduais, empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como empresas beneficiadas com programas de fomento no Estado do Paraná.

⁶ Consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense. Em especial, vide: Seção II – Da Reserva de Vagas de Emprego em Empresas Licitantes Junto ao Poder Público Estadual

⁷ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

⁸ Revoga a Resolução DPG nº 052/2021, designa o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, especifica



13.1.17. Conduzir a execução do objeto com estrita observância às normas da legislação vigente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.1.18. Submeter à CONTRATANTE, previamente e por escrito, para fins de análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho executado por menor de 16 anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos, nem permitir a utilização de trabalho executado por menor de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. A CONTRATANTE deve cumprir todas as obrigações especificadas no Termo de Referência e seus anexos, bem como nos demais documentos vinculados a esta contratação, observando, ainda, as obrigações a seguir elencadas:

14.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, conforme disciplinado neste instrumento, no Termo de Referência e nos demais documentos vinculados a esta contratação.

14.1.2. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

14.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às expensas da CONTRATADA, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

14.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

14.1.5. Efetuar o pagamento, à CONTRATADA, do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, na forma e nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência.

regras para o procedimento de solicitação de dados pessoais e dá outras providências.



14.1.6. Decidir expressamente sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução deste ajuste.

14.1.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato previstas na lei e nas normativas vigentes.

14.1.8. Notificar, quando for o caso, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.1.9. Comprometer-se, por meio de seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da execução do objeto deste ajuste, a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiverem acesso durante a vigência contratual, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018⁹ e da Resolução DPG nº 318/2023¹⁰.

14.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, nem por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. As eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disciplinas da Lei nº 14.133/2021, da Resolução DPG nº 375/2023 e de seu Anexo XIII.

15.2. O objeto da contratação poderá ser alterado pela CONTRATANTE, independentemente de anuência da CONTRATADA, mediante as devidas justificativas, se for necessário acréscimo ou supressão do objeto até o limite máximo de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

15.2.1. As eventuais supressões que ultrapassarem o limite referido na Cláusula 15.2 poderão ser celebradas mediante acordo entre as partes contratantes.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão de assessoramento jurídico da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês**.

⁹ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

¹⁰ Revoga a Resolução DPG nº 052/2021, designa o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, especifica regras para o procedimento de solicitação de dados pessoais e dá outras providências.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples termo de apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 76 da Resolução DPG nº 375/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A CONTRATADA que incorrer em infrações cometidas durante o procedimento licitatório ou de contratação direta, na execução contratual e/ou na entrega do objeto sujeita-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, na Deliberação CSDP nº 043/2023¹¹, bem como nas disposições do Instrumento Convocatório e do Termo de Referência desta contratação, sem prejuízo de implicações em outras esferas legais.

16.2. A sanção de **advertência** será aplicada quando configurada(s) a(s) hipótese(s) previstas no art. 18¹² da Deliberação CSDP nº 043/2023.

16.3. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e desde que configurada(s) a(s) hipótese(s) previstas no art. 19¹³ da Deliberação CSDP nº 043/2023.

16.4. Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar, caberá, a depender da gravidade, a aplicação de sanção de **declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, nos termos do § 1º do art. 19¹⁴ da Deliberação CSDP nº 043/2023.

16.5. A sanção de **multa compensatória** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações previstas nos arts. 18 e 19 da Deliberação CSDP nº 043/2023, e não poderá ser

¹¹ Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

¹² “Art. 18. [...] I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; III - em caso de conduta que prejudique o andamento do procedimento licitatório ou da contratação”

¹³ “Art. 19. [...] I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; II - der causa à inexecução total do contrato; III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; VII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; VIII - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; IX - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; X - afastar ou tentar afastar outra licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; XIII - recebimento de condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.”

¹⁴ “Art. 19. [...] §1º Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar caberá, a depender da gravidade, a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.”

inferior a **0,5% (meio por cento)** nem superior a **30% (vinte por cento)** do valor total do contrato ou ata de registro de preços.

16.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à **multa moratória**, calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

16.6.1. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, a CONTRATANTE poderá converter a multa de mora em multa compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação.

16.7. As multas compensatória e moratória podem ser aplicadas à CONTRATADA de maneira isolada ou cumulativa com outras sanções previstas na legislação vigente, independentemente do número de infrações cometidas.

16.8. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação da CONTRATADA de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

16.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.10. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos demais sistemas competentes de registro de sanções.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

17.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

17.2.1. Na ocorrência da hipótese descrita na Cláusula 17.2, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência da referida data.

17.2.2. Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.



17.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, se configurada uma ou mais situações previstas no art. 137¹⁵ da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.3.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir a capacidade da CONTRATADA de concluir o contrato.

17.3.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.4. A extinção do contrato poderá ser:

17.4.1. determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

17.4.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da CONTRATANTE;

17.4.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17.5. A extinção determinada por ato unilateral da CONTRATANTE poderá acarretar, sem prejuízo das sanções legais e contratuais, as consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021.

17.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

17.6.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.6.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.6.3. indenizações e multas.

¹⁵ “Art. 137. [...] I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos; II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior; III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato; IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado; V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato; VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto; VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas; VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante; IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.”

17.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

17.8. O contrato poderá ser extinto se constatado que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS COMUNICAÇÕES

18.1. Qualquer comunicação entre as partes somente terá validade se devidamente formalizada por escrito, por qualquer meio admitido em Direito, desde que confirmado o recebimento pelo destinatário, sem prejuízo do disposto na Cláusula 13.1.14.

18.2. As solicitações previstas neste instrumento contratual deverão ser direcionadas para o e-mail: fiscalizacao@defensoria.pr.def.br (Coordenadoria de Gestão e Fiscalização das Contratações e Convênios).

18.3. Todas as solicitações também poderão ser dirigidas ao Protocolo Geral mediante remessa pelos Correios para o endereço da CONTRATANTE, indicado na primeira lauda deste instrumento contratual, hipótese em que valerá, para efeito de eventual contagem de prazos, a data do recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1. Aplicam-se ao presente instrumento contratual, sobretudo aos casos omissos, as disposições da Lei nº 14.133/2021; da Resolução DPG nº 375/2023 e anexos; da Deliberação CSDP nº 043/2023¹⁶; da Lei Complementar nº 123/2006¹⁷; da Lei nº 13.709/2018¹⁸; da Deliberação CSDP nº 21/2022¹⁹; da Lei nº 8.078/1990²⁰, bem como das demais normas

¹⁶ Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

¹⁷ Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

¹⁸ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

¹⁹ Disciplina a aplicação da LGPD no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

²⁰ Código de Defesa do Consumidor.



vigentes pertinentes ao objeto desta contratação e, subsidiariamente, das normas e dos princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná; e no Portal da Transparência no sítio oficial da DPE-PR, nos termos do disposto nos arts. 91 e 94 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 63, § 4º, da Resolução DPG nº 375/2023.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para solucionar eventuais litígios, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este termo, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Curitiba, data da assinatura²¹.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
DO PARANÁ

**[NOME DO REPRESENTANTE DA
CONTRATADA]**

[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]

TESTEMUNHAS:

Nome/CPF:

Nome/CPF:

²¹ A data da assinatura corresponde à data em que a CONTRATANTE realizou a assinatura digital.



ANEXO I

TABELA DE PREÇOS

PEÇAS + PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA

Nota 1: Os valores desta Tabela de Preços são resultantes da aplicação do desconto²² de **[XX]% ([por extenso])** aos valores das peças listadas na Tabela do Apêndice II do Termo de Referência desta contratação.

Nota 2: Para itens que não constam na Tabela de Preços a seguir, deverá a CONTRATADA apresentar, no mínimo, 3 (três) orçamentos de fornecedores distintos que contemplem a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais necessários para aquele evento, devendo ser aplicado, para a definição do valor total final a ser pago pela CONTRATANTE, o percentual de desconto²³ de **[XX]% ([por extenso])**, observados, ainda, os demais requisitos previstos no Termo de Referência desta contratação para tais casos.

DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR TOTAL PEÇA + SERVIÇO
Correia Poly v	R\$ [XX]
Sensor de Desgaste Lona	R\$ [XX]
Tensor da Correia	R\$ [XX]
Polia Inversora	R\$ [XX]
Sensor de Desgaste Lona	R\$ [XX]
Perna do Amortecedor	R\$ [XX]
Amortecedor	R\$ [XX]
Jogo Peças da Lona Freio	R\$ [XX]
Pneu Aro 16 225/75R 16C	R\$ [XX]
Bateria Mínimo 90Ah	R\$ [XX]
Jogo Velas	R\$ [XX]
Lâmpada Luz Alta H15 – 55W	R\$ [XX]
Lâmpada H7 55W	R\$ [XX]
Lâmpada Indicadora de Direção - PY 21W	R\$ [XX]
Jogo Palheta Dianteira Sprinter	R\$ [XX]
Reservatório de água	R\$ [XX]
Arla 32 Litro	R\$ [XX]
Fluido de Freio Litro – MB-Freigabe ou MB-Approval 331.0	R\$ [XX]
Filtro de Ar Condicionado	R\$ [XX]

²² Desconto ofertado pela CONTRATADA na apresentação da proposta vencedora da licitação.

²³ Desconto ofertado pela CONTRATADA na apresentação da proposta vencedora da licitação.



Filtro Anti Polen Ar Condicionado	R\$ [XX]
Fluido de Câmbio Litro	R\$ [XX]
Fluido do Diferencial Litro SINT 75W90 GL5	R\$ [XX]
Jogo Pastilha Traseira Sprinter Rodagem Simples	R\$ [XX]
Jogo Pastilha de freio Dianteira	R\$ [XX]
Barra Dir Axial Sprinter	R\$ [XX]
Terminal de Direcao Lado Dir	R\$ [XX]
Terminal de Direcao Lado Esquerdo	R\$ [XX]
Pivo Susp Esq/Dir	R\$ [XX]
Coxim Batedor Amort Diant	R\$ [XX]
Bieleta Susp Diant LD e LE	R\$ [XX]
Reservatório do Líquido Arrefecimento	R\$ [XX]
Água Desmineralizada/Destilada Litro	R\$ [XX]
Bomba D'Água	R\$ [XX]



ANEXO II

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

INDICADOR 1 – CUMPRIMENTO DOS PRAZOS ESTABELECIDOS	
Item	Descrição
Finalidade	Cumprir os prazos estabelecidos na execução do objeto
Meta a cumprir	Realizar a manutenção dos veículos no prazo estabelecido/ combinado
Instrumento de medição	Registro de ocorrências
Forma de acompanhamento	Controle dos gestores e fiscais do contrato.
Periodicidade	Por solicitação enviada à CONTRATADA.
Mecanismo de cálculo	<ul style="list-style-type: none">- Atraso de até 2 (dois) dias úteis na entrega do orçamento – Ocorrência de GRAU 01- Atraso de até 3 (três) dias úteis na entrega do veículo – Ocorrência de GRAU 01- Atraso de 2 (dois) dias úteis até 4 (quatro) dias úteis na entrega de orçamento – Ocorrência de GRAU 02- Atraso de 4 (quatro) até 6 (seis) dias úteis na entrega do veículo – Ocorrência de GRAU 02- Atraso de 4 (quatro) dias úteis até 6 (seis) dias úteis na entrega de orçamento – Ocorrência de GRAU 03- Atraso de 7 (sete) até 10 (dez) dias úteis na entrega do veículo – Ocorrência de GRAU 03- Atrasos superiores a 6 (seis) dias úteis para os orçamentos e de 10 (dez) dias úteis para a entrega do veículo ou que comprometam as agendas de mutirão da DPE-PR – Ocorrência de GRAU 04
Início de Vigência	Os atrasos contarão a partir do primeiro dia útil subsequente do descumprimento da data combinada com a CONTRATADA para entrega do veículo em manutenção preventiva ou corretiva. O acordo sobre a data de entrega do veículo deverá ser formalizado por meios possíveis de comprovação posterior.
Faixas de ajuste no pagamento	Ocorrência de GRAU 01 – 10% de desconto sobre o valor da Nota Fiscal. Ocorrência de GRAU 02 – 20% de desconto sobre o valor da Nota Fiscal. Ocorrência de GRAU 03 – 25% de desconto sobre o valor da Nota Fiscal. Ocorrência de GRAU 04 – 30% de desconto sobre o valor da Nota Fiscal com aplicações de sanções previstas na Deliberação CSDP 043/2023.
Sanções	Sanções previstas na Deliberação CSDP nº 043/2023 da Defensoria Pública do Paraná, disponível no site institucional.
Observações	A CONTRATADA terá 24 (vinte e quatro) horas para justificar a falta de cumprimento dos prazos antes da aplicação das ocorrências. Elucidados os fatos, em caso de glosas, serão encaminhados os autos para parecer da autoridade competente para decidir acerca da aplicação.



INDICADOR 2 – QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
Item	Descrição
Finalidade	Promover a qualidade dos serviços contratados.
Meta a cumprir	Garantir que durante o período de execução do contrato as Vans não fiquem paradas por má execução dos serviços.
Instrumento de medição	Registro de ocorrências e Índice de Retrabalho.
Forma de acompanhamento	Controle e análise dos veículos.
Periodicidade	A cada serviço de manutenção.
Mecanismo de cálculo	Diagnóstico incompleto ou incorreto que implique retrabalho com nova paralisação do veículo – Ocorrência GRAU 01. Problemas no veículo que poderiam ser evitados com as revisões preventivas do veículo – GRAU 02.
Início de Vigência	A partir do início da vigência contratual.
Faixas de ajuste no pagamento	Ocorrência GRAU 01 – Desconto de 10% sobre o Valor da Nota Fiscal Ocorrência GRAU 02 – Desconto de 20% sobre o Valor da Nota Fiscal Nas recorrências serão aplicadas sanções.
Sanções	Sanções previstas na Deliberação CSDP nº 043/2023 da Defensoria Pública do Paraná, disponível no site institucional.
Observações	A CONTRATADA terá 2 (dois) dias úteis para justificar o retrabalho ou demais situações conforme acima antes da aplicação das ocorrências. Elucidados os fatos, em caso de glosas serão encaminhados os autos para parecer da autoridade competente para decidir acerca da aplicação.

INDICADOR 3 – CUMPRIMENTO DOS PRAZOS DE REFAZIMENTO DE SERVIÇOS EM GARANTIA	
Item	Descrição
Finalidade	Assegurar a correção tempestiva dos serviços insatisfatórios ou defeituosos, durante o período de garantia contratual ou, excepcionalmente, fora dele, quando se tratar de vício oculto.
Meta a cumprir	Realizar o refazimento dos serviços ou a substituição de peças defeituosas no prazo máximo estipulado na Cláusula 9.16.1 do Termo de Referência.
Instrumento de medição	Registro de ocorrências e Ordens de Serviço emitidas pela Coordenadoria Logística da DPE-PR.
Forma de acompanhamento	Verificação pela fiscalização do contrato do atendimento às notificações enviadas para correção dos serviços ou substituição de itens defeituosos, nos prazos previstos.
Periodicidade	Sempre que for identificada a necessidade de refazimento de serviços ou substituição de peças durante o período de garantia ou diante da constatação de vício oculto.



Mecanismo de cálculo	<ul style="list-style-type: none">- Atraso de até 2 (dois) dias úteis no cumprimento do prazo estipulado na notificação – Ocorrência de GRAU 01- Atraso de 3 (três) até 5 (cinco) dias úteis – Ocorrência de GRAU 02- Atraso de 6 (seis) até 8 (oito) dias úteis – Ocorrência de GRAU 03- Atraso superior a 8 (oito) dias úteis – Ocorrência de GRAU 04 <p>Para os casos de vício oculto, os prazos serão contados a partir da constatação formal pela fiscalização, mediante notificação à CONTRATADA.</p>
Início de Vigência	A partir do início da vigência contratual.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Ocorrência GRAU 01 – Desconto de 10% sobre o valor da Nota Fiscal correspondente</p> <p>Ocorrência GRAU 02 – Desconto de 20% sobre o valor da Nota Fiscal correspondente</p> <p>Ocorrência GRAU 03 – Desconto de 25% sobre o valor da Nota Fiscal correspondente</p> <p>Ocorrência GRAU 04 – Desconto de 30% sobre o valor da Nota Fiscal correspondente, além da aplicação das sanções cabíveis</p>
Sanções	Sanções previstas na Deliberação CSDP nº 043/2023 da Defensoria Pública do Estado do Paraná, disponível no site institucional.
Observações	A CONTRATADA terá 24 horas para justificar a falta de cumprimento dos prazos antes da aplicação das ocorrências. Elucidados os fatos, em caso de glosas serão encaminhados os autos para parecer da autoridade competente para decidir ou não acerca da aplicação.